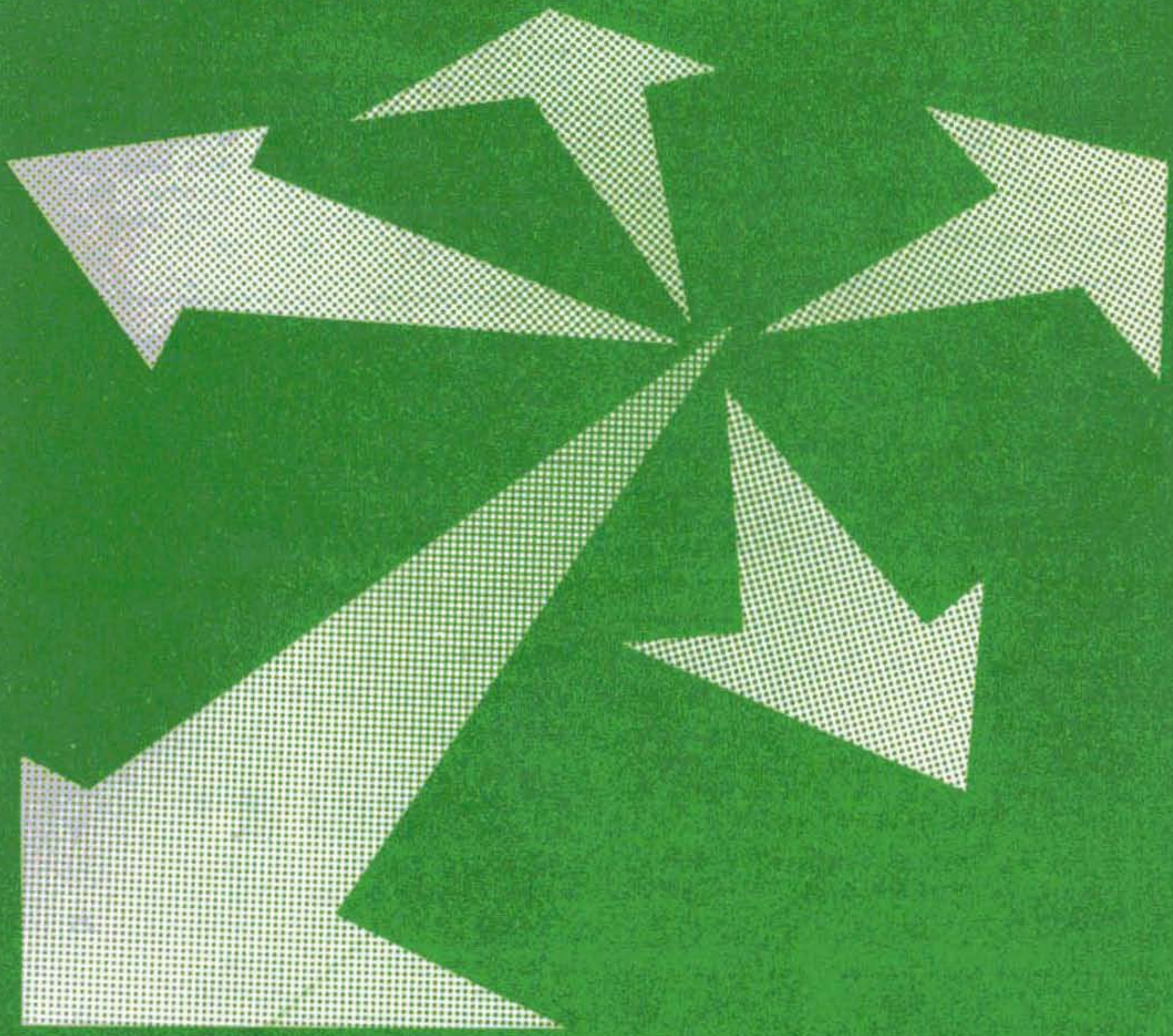
convergência

JAN/FEV — 1982 — ANO XVII — Nº 149



- **A VIDA RELIGIOSA NO LIMIAR DO ANO 2.000 (II)**
  Pe. João Batista Libânio, SJ — página 9
- **UM SINAL DE ESPERANÇA PARA TODOS OS TEMPOS**
  Ir. Maria José dos Santos, FMA — página 26
- **SÃO FRANCISCO DE ASSIS, A LIBERTAÇÃO PELA BONDADE**

CONVERGÊNCIA
Revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável:
Pe. Décio Batista Teixeira, SDB

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima

Equipe de Programação:
Pe. Cleto Caliman, SDB
Ir. Delir Brunelli, PIDP
Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Direção, Redação, Administração:
Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar
20031 RIO DE JANEIRO — RJ.

Assinaturas para 1982:

Brasil, taxa única, terrestre ou aérea:
Até 30.04.1982 ..... Cr$ 2.390,00
Exterior: marítima ..... US$ 19,00
aérea ..... US$ 27,00
Número avulso ..... Cr$ 239,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.

Composição: Linolivro S/C Ltda., Rua Correia Vasques, 25 — loja. 20211 Rio de Janeiro, RJ.

Fotocomposição: Estúdio VM — Composições Gráficas, Ltda., Rua Escobar, 75, s. 202. 20940 Rio de Janeiro, RJ.

Impressão: Oficinas Gráficas da Editora Vozes Ltda., Rua Frei Luís, 100 — 25600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa

Tentativa de esterilizar, de forma visualmente artística, a figuração mental de uma como explosão centrífuga de vetores-força. A palavra de ordem do Evangelho é esta: "**IDE** por todo o mundo. Pregai o Evangelho a toda criatura", Mc 16, 15. **IDE**, amai-vos como Eu vos amei. Quem ama cumpre toda a lei. **IDE**, isto é, ser missionário, catequista, mensageiro, bandeirante, diplomata, caminheiro, bate-estrada, pioneiro. Como vê, **IDE** traduz força, movimento, energia, ação, dinamismo, empenho. A Vida Religiosa, nas suas raízes, é **MISSÃO**. É envio. É presença. Você, Religioso e Religiosa, ouviu, um dia, o chamado do Senhor. E se decidiu: "PRESENTE! Aqui estou. Eu vou Te acompanhar. E com meus irmãos, um mundo novo edificar". **CONVERGÊNCIA**, em 1982 — como sempre fez — quer ser ajuda para este comprometimento seu. Quer testemunhar o que Você espera, por toda parte, uma nova era de vida em plenitude. Creia. Deus é bom. Cada vez que se cansar e vir tanta coisa errada, confie. Não está sozinho. Conosco Deus quer partilhar. Seu amor é fiel, gratuito e forte. Com Deus se triunfa sempre. Até da morte.

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do D.P.F. sob o nº 1.714-P.209/73.

SUMÁRIO

EDITORIAL 1
CARTA AOS LEITORES 3
INFORME DA CRB 4
A VIDA RELIGIOSA NO LIMIAR DO ANO 2.000 (II)
Pe. João Batista Libânio, SJ 9
UM SINAL DE ESPERANÇA PARA TODOS OS TEMPOS
Ir. Maria José dos Santos, FMA 26
SÃO FRANCISCO DE ASSIS, A LIBERTAÇÃO PELA BONDADE
Frei Leonardo Boff, OFM 31
RELIGIOSOS E PROMOÇÃO HUMANA, Comissão Teológica, RS 51
NÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO, ALCANCES E FORMAS, DE FUNCIONAMENTO DA PASTORAL SOCIAL
Dom Aloísio Lorscheider 55
LIVROS NOVOS 61

EDITORIAL

Começamos um NOVO ANO. Em todo começo há expectativa e temor. Há conjecturas e previsões. Mas há, sobretudo, muita esperança. No coração do homem, sofrido e castigado pelas agruras da vida, a esperança continua a florescer como o cardo teimoso que brota entre as rudezas da pedra e acaba florindo no sertão agreste.

Talvez nenhuma virtude cristã tenha sido mais desfigurada que a esperança. Reduzida por muitos à espera passiva de um além feliz, compensador das frustrações presentes, a esperança perdeu todo o seu vigor, dinamismo e combatividade. Transformou-se num elemento alienador da consciência cristã frente à conflitividade da história e às contradições da sociedade.

Mas a esperança que nasce do Evangelho e encontra sua máxima expressão na Cruz de Jesus de Nazaré é, pelo contrário, um potencial de luta e de comprometimento na arena da história. Precisamente porque acredita no Reino e espera sua consumação definitiva na escatologia, o cristão — homem de esperança — empenha-se em visibilizar no tempo o Reino e dar efetividade às suas exigências no cotidiano da vida.

Esta atitude possibilita o dinamismo histórico de transformação, contestação e construção de modelos utópicos da realidade, que não significam mecanismos de fuga, mas forças provocadoras de modificações em direção de formas cada vez mais próximas da utopia. Neste sentido a esperança traduz a abertura do homem para o amanhã, donde espera um sentido mais plenificador do que aquele que vive hoje. Não nega o presente nem dissimula suas possibilidades ou suas contradições. Afirma que o Reino culmina um processo histórico e plenifica o que o homem construiu na fragilidade das decisões intraterrenas.

Revela-se como coragem que tudo afronta e sofre, na certeza de lutar no aqui e no agora, por aquilo que unicamente tem futuro e um dia se manifestará como a verdade de todas as coisas: a realização do Reino. Precisamente, por isso, a esperança é uma das grandes linhas de força nesta conjuntura da nossa Igreja e da Vida Religiosa vivida neste contexto. Por isto, também, **Convergência** quer ser para seus Leitores neste **novo ano** uma palavra profética, um anúncio de esperança. Quer estimular a reflexão e a busca conjunta de novas pistas e novas respostas aos grandes desafios do momento histórico.

Nesta perspectiva de futuro, publicamos a segunda parte do

artigo do **Pe. João Batista Libânio, SJ,** "A vida religiosa no limiar do ano 2.000". Depois de analisar o pensamento do Papa nos seus três eixos: Verdade sobre Jesus Cristo, verdade sobre a Igreja, verdade sobre o homem, o autor observa que as "coordenadas centrais da proposta de **João Paulo II** giram em torno do empenho de estabelecer firmes baluartes para a defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana... e de desenvolver uma ética social a partir do amor social em vista de estabelecer critérios para a criação, transformação das estruturas econômicas, políticas e sociais de nossa sociedade". Para esta tarefa nos convida a todos. E que papel podem desempenhar os religiosos?

A ocorrência do oitavo centenário do nascimento de **São Francisco de Assis** é um acontecimento eclesial de grande relevância este ano. O artigo de **Frei Leonardo Boff, OFM,** "São Francisco, a libertação pela bondade", focaliza a figura do santo no aspecto de sua contribuição ao processo de libertação do homem. Esta contribuição é articulada pelo autor em três dimensões fundamentais: Francisco, homem libertador; Francisco, homem libertado; Francisco, homem livre, concluindo que, "por causa da liberdade que conquistou para si, São Francisco anima a todos os verdadeiros processos de libertação que buscam pela ação solidária criar e alargar o espaço da liberdade".

Acaba de celebrar-se o centenário da morte de **Santa Maria Domingas Mazzarello,** cofundadora, com **São João Bosco,** do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora. A **Irmã Maria José dos Santos, FMA,** no seu artigo, "Um sinal de esperança para todos os tempos", faz uma apresentação breve e interessante da figura de Maria Mazzarello e da missão de seu Instituto na Igreja: ser sinal de esperança para todos os jovens.

A Sagrada Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares publicou em 1981 um documento com o título: "Religiosos e Promoção Humana". Dado o interesse que o tema desperta hoje, a **Comissão Teológica da CRB,** Regional de Porto Alegre, analisou o documento em confronto com a própria realidade, pondo em foco alguns "aspectos particularmente pertinentes e adequados do discernimento em relação aos problemas mais comuns entre nós". É o resultado desta reflexão que CONVERGÊNCIA transmite hoje aos seus leitores.

O texto de **Dom Aloísio Lorscheider,** "Níveis de organização, alcances e formas de funcionamento da pastoral social na área", quer chamar a atenção dos leitores para a importante tarefa desempenhada no Continente por CARITAS e para a relevância da ação pastoral social, seus requisitos e suas exigências hoje, na conjuntura histórico-social.

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1982

Prezado Leitor e Assinante de CONVERGÊNCIA:

Em cada ano, no mês de outubro, peço a Você que renove sua assinatura de **Convergência,** para o ano seguinte. Foi o que fiz em outubro de 1981. Em cada ano, experimento novamente, na prontidão de sua resposta, a solidez de sua amizade, a convicção de seu apreço pela revista e pelas idéias que comunica mensalmente. **Religiosos e Religiosas do Brasil,** Leitores e Assinantes de CONVERGÊNCIA, muito obrigado de coração. Deus lhes pague como só Ele sabe e pode fazer.

Convergência, em cada exemplar, tem sempre a pretensão de estar fundamentando a Vida Religiosa como deve ser, à luz do Evangelho, e fazê-la avançar aos olhos da sociedade. Cada exemplar que lhe envio, e o faço de forma personalizada, leva um augúrio de que onde houver apreensões se troquem por esperanças. Onde já houver esperanças, se iluminem por dentro e se ampliem.

Alvin Toffler, no seu **Future Schock,** procura caracterizar a transformação profunda que a informática poderá trazer em seu bojo e, ao mesmo tempo, distinguir seus efeitos negativos e positivos. Informática significa também informação. Informação significa também cultura. Cultura significa o diálogo flexível e pessoal. Proporciona melhor participação, aumento de responsabilidades individuais, maior resistência dos fracos e dos pequenos.

CONVERGÊNCIA se preocupa de estar sempre bem informada e de transmitir informações seguras. Discernir e relevar o que é **vivo e essencial no patrimônio da Vida Religiosa** do que é fruto de simples repetição. É através de esforços desta natureza que qualquer instituição se habilita a percorrer o caminho da renovação. A tarefa é árdua e os riscos não são pequenos. Deixar-se atemorizar, porém, por eles é indício de imobilismo mental e cultural.

Convergência não se acomoda. Não se arrefece. Com a bênção de Deus, cuja bondade é sempre original, com sua efetiva solidariedade, que nunca faltou, Leitor e Assinante de CONVERGÊNCIA, a **Conferência dos Religiosos do Brasil** espera poder continuar lhe oferecendo esta contribuição adequada à sua Vida Religiosa na Igreja no Brasil.

Com fraterna amizade, sempre ao seu inteiro dispor,

atenciosamente

Pe. Marcos de Lima, SDB
Redator-Responsável
Convergência e Publicações CRB

I N F O R M E

CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

ENCONTRO NACIONAL DE FORMADORES DOS NOVICIADOS E JUNIORATOS INTERCONGREGACIONAIS

Rio de Janeiro, 12 a 15 de outubro de 1981

Das 15 Regionais da CRB, 14 enviaram seus representantes em número de 36 para o Encontro Nacional cujo objetivo foi um balanço da vida de nossos postulantados, noviciados e junioratos intercongregacionais e uma prospecção a partir da realidade constatada, das urgências e prioridades levantadas. O encontro contou com a presença do Pe. Manuel Losada da Diretoria Nacional. A coordenação esteve com Ir. Maria Carmelita de Freitas, Pe. João Mellato Filho e Ir. Maria Theresa Nunes, tendo como assessor Pe. Carlos Palacio.

O ponto de partida do Encontro foi a leitura individual do Relatório das Regionais, considerando: os passos dados, principais impasses (dificuldades — desafios) e as novas perspectivas que se foram e se vão abrindo. Com esse primeiro contato os participantes fizeram-se sensíveis às experiências de cada Regional e as acolheram com muito carinho. Daí surgiram questionamentos e propostas de temas que foram respondidos respectivamente pelas Regionais e pelo assessor.

As Regionais afins se reuniram em seis grupos para selecionarem dois temas em torno dos quais giraria a reflexão desses dias. Após debates em plenário concluiu-se que os dois temas centrais do Encontro seriam: Nova Visão da Vida Religiosa (embasamento teológico). Conseqüências para a Formação.

Numa segunda etapa o Pe. Carlos Palacio refletiu sobre o sentido em que se pode falar de "Nova Visão da VR". **NOVA** sob dois aspectos: negativo na medida em que se abandona o modelo monacal de VR que se impôs porque foi privilegiado pela visão teológica e jurídica; positivo enquanto há uma novidade fragmentária e não aparece como um todo mas em indícios dispersos aqui e lá, por exemplo: certas rupturas em coisas tidas como fundamentais na VR (estado de perfeição, fuga do mundo, descoberta do pecado na VR). Essas rupturas são elementos dinâmicos que surgem e levam ao novo. Daí a paciência histórica para descobrirmos esse novo.

São elementos importantes na progressiva caracterização da nova VR:

a recuperação da alteridade — respeito à maneira de ser do outro;

a dimensão eclesial — a VR não é autônoma, mas está inserida numa comunidade concreta. É a partir da dimensão Eclesial que se compreende o sentido da VR em geral e se descobre o lugar do Religioso na Igreja e o seu caráter fundamentalmente leigo. Hoje, ninguém pode ser Religioso sem parti-

cipar da consciência eclesial. Para nós, na AL, esta consciência se manifesta como opção preferencial pelos pobres;

a dimensão da Missão — Missão, não no sentido ministerial ou de tarefas mas de Enviado, logo a VR se reconhece no ato de ser enviada para os outros.

Conseqüências da nova visão da VR sobre a formação

O problema fundamental para a formação é reler os acontecimentos de modo que a prática e sua interpretação sejam uma coisa só.

Formar não é informar. Temos que descobrir a Formação como um processo de iniciação que introduz a pessoa cada vez mais profundamente no mistério que pretende viver.

Esta Formação exige tempo, passa por etapas e se baseia na experiência dentro de uma consciência eclesial.

Condições prévias para se começar o Noviciado: resoluções de problemas humanos, uma vivência cristã suficiente, clareza sobre a vocação.

Conclusões finais

Refletiu-se em grupos sobre a nova visão da VR e como ela transparece no trabalho concreto da Formação nas respectivas Regionais e quais as pistas que se abrem para o futuro.

Marcas das perspectivas que se abrem: Formação como processo contínuo. Importância da formação de estruturas interiores. Casas de Formação na periferia, vida mais austera e simples. Enfoque mais eclesial na Formação. Urgências de maior assessoria aos Formadores. Planejamento das Regionais à luz do Encontro Nacional.

Alguns desafios notados: Mentalidades diferentes no Juvintes provocados por linhas de Formação diferentes no Noviciado. Desarmonia entre a Formação do Noviciado e a vida nas Comunidades, neste momento social. A precominância do acadêmico sobre o vocacional nas várias etapas. O descompasso da caminhada das Congregações. A deficiência de meios que criem condições para a formação de estruturas interiores. A articulação entre a fé e a Realidade; Espiritualidade da Encarnação.

O Encontro transcorreu num clima de seriedade informado pela busca fraterna que facilitou o êxito do mesmo diante dos objetivos propostos. Os novos desafios são motivo de esperança bem como os assuntos ventilados representam um alento para os participantes. Criou-se maior espaço para a Comunhão e participação na caminhada da VR no Brasil.

Pe. Geraldo Bogoni, MI
Ir. Regilena Muniz Franco,
Providência de Gap
Ir. Adélia Maria Aléssio,
Palotina

CURSO: TENSÃO IGREJA/MUNDO

Promovido pela CRB/Nacional o Curso Tensão Igreja/Mundo no contexto dos Tempos Modernos, foi ministrado pelo Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ, e realizou-se na Vila Kostka, Itaici/SP de 10 a 13 de setembro de 1981. Durou 03 dias, versando sobre tema da maior atualidade, abrindo horizontes para a melhor compreensão da realidade que vivemos, penetrando-lhe dois aspectos essenciais: inculturação e modernidade.

Entre Gerais, Provinciais, Conselheiros, Formadores e Animadores de Comunidades, participaram 164 pessoas de 69 Congregações provenientes de 11 Estados brasileiros.

O Curso forneceu elementos para se compreender o mundo de hoje, para o conhecer, não nos seus fenômenos, mas naquilo que está por baixo deles, subjacentes à realidade que aparece. Apresentou a modernidade como fato cultural novo que permeia todas as culturas, pois atua sobre o consciente e o subconsciente do homem, e deu a chave para se compreender em que e porque o mundo mudou, continua e continuará a mudar.

Foi dada em seguida uma visão do processo histórico da Igreja, sua face humana ao lado da face divina, as ambigüidades e tensão que marcam esse processo. Foi apresentada a tensão como o estado habitual em que se vive e o porque da tensão Igreja/Mundo.

Cumpre evangelizar a cultura e não simplesmente o homem como se ele fosse um ser desenraizado porque é dela, do conjunto de seus valores, sentidos, critérios e padrões que todos recebem o sentido da vida. É preciso que a mensagem cristã atinja não apenas o nível das práticas sociais e expressões simbólicas, mas também os sentidos e valores a elas subjacentes, ou seja, a própria cultura.

E a modernidade, o que é?

É uma realidade cultural nova, surgida de um novo tipo de conhecimento — o conhecimento indutivo, científico — pondo em cheque a teologia e a filosofia, ciências dedutivas que sintetizavam todo o saber. A passagem do dedutivo ao indutivo desarticulou a sociedade tradicional homogênea em que tudo era dado pelo grupo. Começou a enfatizar o indivíduo, a opção, a razão científica. E com isso fragmentou a sociedade, isolando-lhe os componentes, principalmente o econômico, e prescindindo do fator religioso, não mais necessário para a explicação dos fenômenos. Prescindindo do componente religioso, proclamou o homem autônomo, autor, dotado de um potencial imensurável de perfectibilidade, que se desenrola na história, uma história que não tem fim.

A modernidade significa portanto a emergência de um conjunto de valores e sentidos novos, cujos principais traços estruturais são: a dimensão tecnológica, a secularização, as opções.

A tecnologia, a evolução dos indivíduos e dos grupos, atua sobre o consciente individual e social, e seu aperfeiçoamento se desenvolve não apenas na linha transformadora como também na inovadora e criativa. Aqui se situa o desafio das biotecnologias que tocam o nível psicossomático do indivíduo, pretendem mudanças nos seres humanos e visam o controle e a planificação da situação humana.

Qual o conceito e o sentido de humano, subjacentes a este fenômeno?

A secularização ou predomínio da imanência sobre a transcendência — para fenômenos naturais, explicações naturais — ao mesmo tempo em que purificou a fé das mediações mágicas, diminuiu o alcance do religioso e enfatizou a dimensão da racionalidade. Assim, deu origem ao fenômeno das **ideologias**, organização racional dos processos e conteúdos mentais a serviço de certos interesses. As ideologias são o substitutivo moderno das doutrinas religiosas, com seus sistemas simbólicos.

Outra característica do mundo moderno diz respeito à dimensão social e política. Ao privilegiar o indivíduo, a modernidade abre o leque das opções, das alternativas, rompe com a sociedade estática, instaura o pluralismo dos valores e das decisões. A ordem social já não é mais intocável.

Como se vê a Igreja diante dessa realidade? O problema não encontra solução na tomada de atitudes de defesa, de acomodação, de concessões e ajustamentos, para garantir a sobrevivência. Para a Igreja ergue-se o desafio

da inculturação, da introdução ou diálogo da mensagem cristã na cultura moderna, num mundo de valores e sentidos novos. Só uma Igreja inculturada pode ajudar o mundo moderno. E a questão central para esta inculturação é esta: aquilo que somos e aquilo que fazemos é resposta às reais e urgentes necessidades da humanidade de hoje, em sua relação a Deus e às pessoas?

Diante desses dois pólos — Mundo, com toda a sua realidade cultural, e Igreja com sua realidade histórica e mensagem trans-histórica — o Curso lançou o desafio com o qual todos, juntamente com a Igreja, se defrontam: o desafio da inculturação, ou seja, o da inserção de uma mensagem universal nas culturas locais, desafio que supõe um outro — o de dissociar a tradição daquilo que é simplesmente organização tradicional de uma Instituição. É imprescindível manter o imutável dentro de uma realidade em contínua mutação. É imprescindível preservar a tradição, mas não necessariamente passar sempre pelos mecanismos de uma organização societária tradicional. É preciso dar a dimensão universal, mas não necessariamente fazê-la passar pelo caminho da civilização ocidental.

Cumpre à Igreja reorientar as culturas. Passar por cada cultura local revelando-lhe o que Jesus Cristo quis revelar a cada uma das culturas, ou seja, que o seu destino supera os seus limites próprios. Tomá-la onde está, sem lhe cancelar o passado, mas fazendo com ela a caminhada, purificando-a na medida em que contrasta com o amor e a verdade, dando-lhe a superação de si mesma, sem esquecer a presença da modernidade que a esta altura já permeia todas as culturas. Isto é evangelizar a cultura, de que falava Paulo VI em **Evangelii Nuntiandi.**

A dinâmica organizou-se em 18 grupos de vivência, oração e trabalho e foi considerada pelos participantes como perfeitamente adequada aos objetivos do Curso.

Na avaliação final a totalidade dos participantes considerou o Curso EXCELENTE afirmando ser de grande valor e importância para a Vida Religiosa se situar no MUNDO e na IGREJA. Evidenciaram também a profundidade, segurança e equilíbrio do Expositor que além de ser perito no assunto põe alma no que diz, vibra e faz vibrar. Seu testemunho de HOMEM de FÉ e sua personalidade rica e simples fizeram-no uma PRESENÇA EVANGÉLICA a irradiar ESPERANÇA e PAZ.

Ir. Maria de Fátima Maron Ramos, OSU

OS CERNISTAS DA REGIONAL LESTE II CONTAM SUAS EXPERIÊNCIAS

A partir do dia 18 de maio do corrente ano, em Belo Horizonte, alguns telefonemas, expressando desejos de conhecimento pessoal, troca de experiências, encontros. Durante o mês de junho, uma rápida gestação, com idéias já mais consistentes, desejos crescentes de revivermos o CERNE, e... a 5 de julho, no Colégio Pio XII, o primeiro encontro programado! Apenas cinco Cernistas, desejosas de um cultivo, um aprofundamento, de revivermos o CERNE que para nós começou no 46º dia. Trocas de abraços, muita alegria, o nascimento de novas amizades muito sinceras, pelo objetivo comum que nos une. No bate-papo informal, todas falamos a mesma linguagem! Na Capelinha da Comunidade, oração profunda, encarnada na realidade atual, dando graças a Deus por aquele 1º encontro! Logo após, já um mini-cronograma: cada

mês, no 3º sábado, para os Cernistas de BH e outros que puderem e desejarem, um **encontro** para conviver, rezar, trocar experiências e idéias; cada ano, um **encontro regional** para todos os Cernistas do Leste II.

7 de agosto. O grupo aumenta: somos dez que chegamos de vários pontos da Grande BH e uma de Congonhas, ao Bairro Caiçara, na Casa Provincial das Clarissas Franciscanas. Que alegria! Novos contatos, aprofundamento de amizades, oração revivendo o CERNE, e... a tarde não é suficiente para o que desejamos. Terminamos a programação do Encontro de 81, para os Cernistas da Regional com pleno apoio e maravilhosa ajuda da CRB Regional, nas pessoas de Ir. Circe Godoi e de seus Auxiliares.

De 18 a 20 de setembro, torna-se realidade a nossa programação: em Igarapé, na Casa de Retiro Vicente de Paulo, chega um ônibus especial levando Cernistas de Vitória, Araçuaí, Congonhas e outras cidades, incluindo as da Grande BH, desejosos de um aprofundamento para "avivar a chama", como disse alguém. Frater Henrique Christiano nos recebe com alegria e espírito fraterno na nova casa de retiro recém-inaugurada, onde tudo convida a rezar, a louvar o Senhor. Ir. Circe, Secretária Executiva da CRB/BH nos dá as boas vindas em nome da Entidade que representa, e se encarrega da dinâmica de entrosamento dos Encontristas; Pe. Antônio Pates que já trabalhou em oito Cernes consecutivos, está presente, com toda dedicação e esforço, para a liturgia e orientação espiritual.

Num clima de expectativa e de muita alegria, iniciamos, a 18 de setembro, com uma rica Celebração Eucarística, o nosso desejado Encontro. Somos 23 participantes. Na manhã seguinte Frater Henrique inicia suas profundas e gostosas colocações sobre a "Ascese cristã na interpretação paulina". Intercaladas com trabalhos em grupos, tempos de interiorização e plenário, são riquíssimas as palestras, bem como o material, artisticamente preparado.

Das avaliações dos participantes sintetizamos o seguinte:

Clima espiritual — de espontaneidade, abertura, alegria, fraternidade, entrosamento, amizade, verdadeiro "clima de CERNE".

Conteúdo — Excelente, complementando o Cerne. Respondeu ao nosso desejo de aprofundamento bíblico na vida de oração e despertou desejo e interesse em saborear mais e melhor, as epístolas de S. Paulo. "As epístolas paulinas terão, de hoje em diante, mais sabor."

Aproveitamento dos participantes — Ótimo! Grande atenção, esforço, participação entusiasta. Turma aberta e desejosa de crescer. Apesar do curto espaço de tempo, contamos com o nosso esforço futuro, sustentado pela graça de Deus, para completar o que não foi possível aprofundar.

Sugestões para o Encontro de 1982: Época que favoreça também os que trabalham em Colégios. Duração de três dias completos. Um dia de oração dirigida. Comunicação com mais antecedência. Presença de algum Coordenador do CERNE.

Nossos encontros mensais, aqui em BH, continuam, variando sempre o local, no 3º sábado de cada mês.

Atendendo o desejo da maioria, o próximo Encontro, aqui, em Belo Horizonte, será de 16 a 19 de julho de 1982, coincidindo o término com a abertura do 3º Cerne de 82, na Casa de Retiro São José. Vamos recepcionar os novos Cernistas?... Até lá, "se Deus quiser"!

Ir. Maria do Carmo Costa
Providência de Gap

A VIDA RELIGIOSA NO LIMIAR DO ANO 2.000 (II)

Reflexões à luz da Encíclica de João Paulo II: Redentor do Homem

Pe. João Batista Libânio, SJ
Rio de Janeiro, RJ

As três grandes verdades

Depois de relembrar-nos as três heranças dos Papas João XXIII e Paulo VI, João Paulo II aborda o tema central de sua Encíclica programática. Em Puebla, na alocução inaugural da Assembléia do Episcopado, o Papa nos fala da tríplice verdade sobre Cristo, sobre a Igreja e sobre a Dignidade Humana(1). É um discurso em parte condicionado por questões internas do CELAM, de modo que o tom dogmático foi antes de alerta a possíveis exageros, equívocos e deturpações nesse tríplice campo. O Documento final da Conferência vai adotar o esquema das três verdades para sua parte doutrinal.

Na Encíclica, porém, o seu pensamento ganha maior clareza e limpidez, concentrando-se nos aspectos positivos e criativos. Nesse sentido, a Encíclica pode ajudar-nos a entender o discurso de Puebla, pois faz-nos perceber mais claramente o pensamento do Papa na sua estrutura teológica e pastoral, despojado de conotações locais e polêmicas internas, talvez devidas a influências extrínsecas ao seu próprio pensar. Pois a distância de tempo é tão curta que não se pode atribuir a mera evolução do pensamento.

A tranqüilidade e o acento otimista da Encíclica contrastam bastante com o tom admonitório do Discurso de Puebla. Nele não se faz nenhuma alusão às "releituras do Evangelho, resultado de especulações teóricas", "releituras brilhantes talvez, mas frágeis e inconsistentes". Assume com firmeza os pontos da teologia moderna, marcada pela viragem antropocêntrica de nosso século.

Mais nítida ainda parece a diferença dos dois discursos, no tocante à eclesiologia. A Encíclica concen-

tra-se na tarefa da Igreja, vista como grande desafio diante das novas condições sociais da Humanidade. Linguagem voltada para o futuro, despertando-nos para a responsabilidade social e eclesial em relação ao homem de hoje, tão sofrido e atormentado. É um discurso que não se fixa no interior da Igreja, nem se perde em condenações ou queixas amarguradas, mas quer incentivar a todos para assumir com coragem sua responsabilidade apostólica.

Na verdade sobre o homem, não se deixa levar por moralismos fáceis. Antes, assume os dados da realidade com objetividade, a partir de pequenas análises da situação, para que a imaginação apostólica do cristão encontre luzes e dinamismo para uma ação transformadora da realidade. O leit-motiv condutor da Encíclica é a responsabilidade apostólica da Igreja para com os homens por vontade expressa de Jesus Cristo. Todo o resto é secundário. O homem, no seu contexto concreto e contraditório, precisa ser evangelizado e salvo. A Igreja recebeu de Cristo a missão de empenhar-se em tal tarefa. Tudo é pensado a partir daí.

A verdade sobre Jesus Cristo

Talvez seja a característica mais marcante dessa Encíclica a mútua e dialética referência de Cristo ao homem, e deste a Cristo, de tal forma que temos aqui uma cristologia voltada para o homem e um humanismo crístico. A preocupação central do Papa é como o dado objetivo e ontológico da fé de que a "única orientação do espírito, a única direção da inteligência, da vontade e do coração" do homem é "Cristo, Redentor do Homem" (n.º 7), possa tornar-se realidade existencial, vivida conscientemente por esse homem. É a passagem do ontológico para o existencial, do dado objetivo da Revelação para o plano da vivência e existência de todo ser humano. Vê aí o imprescindível papel de mediação da Igreja.

Por isso, sua reflexão cristológica termina numa exigência eclesiológica. Cada afirmação sobre Cristo é um elemento de responsabilidade para a Igreja. Pois, a relação Cristo e o homem se fará normalmente, segundo o desígnio do próprio Deus, por intermédio da Igreja e nenhum poder na terra tem direito de interferir nessa missão, por respeito ao próprio homem e por obediência a Deus.

Na sua relação com o homem, Jesus aparece como aquele que lhe fala através de sua vida, humanidade, fidelidade à verdade, amor que a todos abraça, sofrimentos, abandono, morte na cruz e ressurreição. Reafirma a rica tradição cristológica antioquena, tão cara à nossa teologia latino-americana(2). A linguagem de Jesus é a historicidade concreta de sua existência. A sua revelação se faz sobretudo a partir de sua prática. E nesse sentido, as últimas cristologias nos têm recuperado elementos muito expressivos da existência histórica de Jesus, sobretudo no tocante a sua extrema liberdade diante da Lei, da família, dos costumes da época, das prescripções ritualistas, dos poderes religioso e político, dos interesses de grupos fechados, das seitas espiritualistas(3).

A linha antioquena, reassumida por João Paulo II, acentua a pessoa histórica de Jesus, como alguém que nos interpela através de suas atitudes de compromisso com a causa dos pobres, com o Plano do Pai, com a entrega aos homens sem limites, sem capitular diante das pressões religiosas, políticas, familiares, de amizade, jurídicas da época. Esta perspectiva cristológica torna-se iluminadora para a compreensão do "seguimento de Cristo", a dimensão fundamental e fundante de toda Vida Religiosa. A fidelidade à verdade, de que fala o Papa, não se refere ao sentido grego e intelectual, mas no sentido joaneico e semita do termo. A verdade é o Projeto do Pai, é o programa de Jesus expresso na pregação da Sinagoga de Nazaré (Lc 4,14-30) e no sermão da Montanha (Mt 5).

A vida de Jesus caracteriza-se por profunda liberdade: **liberdade de** e **liberdade para.** "Liberdade de" tudo que o podia impedir no cumprimento de sua missão. "Liberdade de", como expressão de sua Transcendência. Pois, ele deve entregar-se às coisas de seu Pai (Lc 2,49) e por isso não pode deixar-se prender por tradições, mesmo aquelas que gozavam de autoridade por sua origem religiosa. Esta "liberdade de" não era uma reserva para si, mas em vista da "liberdade para" entregar-se sem limites à Vontade do Pai (Mt 26,42; Jo 4,34) e à salvação dos homens. Ele foi o homem "totalmente para outros, para os irmãos" entregando-se por nós (Gál 1,4; 2,20; Ef 5,2,25; 1Tm 2,6; Tt 2,14)(4).

À imitação de Cristo, somos convidados a ter em nós os mesmos sentimentos delè (Fl 2,5) de "liberdade de" e "liberdade para". "Liberdade de" em relação aos interesses das classes dominantes, seus projetos, seus envolvimentos. Liberdade difícil, já que somos envolvidos por todos os lados por esses valores. Se há um testemunho que se espera do religioso é a liberdade diante dos padrões estabelecidos pela sociedade neocapitalista, consumista. Em geral, vivemos mais em contacto com as classes hegemônicas e absorvemos diariamente dose pesada de propaganda, novelas, informações, organizadas em função dos interesses e valores dessas classes. Supõe de nós muita lucidez e consciência crítica sempre vígil. Em contrapartida, a "liberdade para" deve ser para assumir os interesses opostos, a saber das classes populares e pobres.

Ao falar ao homem com sua vida e palavra, Jesus esclarece, revela, descobre ao homem o próprio mistério do homem, o amor que Deus Pai lhe tem, sua vocação sublime. Nesta revelação, insiste o Papa na dimensão do amor. Fora dessa experiência, o homem não encontra sentido para sua existência. E a vida de Jesus revela precisamente como só se tem a vida quando a perdemos pelos outros, pois quando a q u e r e m o s para nós, perdemo-la (Mt 16,25). O dom de sua vida até a morte termina no esplendor da vida ressuscitada, que o Pai lhe restitui. Toda a vida de Jesus está a mostrar a relação entre dom e vida, entre amor e existência, alertando-nos para o contrário, a saber, o nexo entre egoísmo e morte, ódio e condenação, desamor e perdição.

Todas as antropologias trazem certamente luzes sobre o ser humano. Entretanto esbarram sempre no limite de nossa razão, de nossas ciências. Em Cristo, esses limites são superados, pois nele apareceu em plenitude a dimensão máxima do humano. Pois tão "humano assim, só pode ser Deus mesmo"(5). Em Cristo, insiste o Papa, nossa humanidade é elevada à dignidade sublime de Filho de Deus. Nele se restitui a divina semelhança, perdida pelo pecado, refaz-se o vínculo rompido por Adão, renova-se a criação. A redenção é, na sua última raiz, a plenitude da justiça no coração humano de Cristo, para que ele pudesse tornar-se justiça dos corações de muitos homens. Em Jesus, restaura-se o tecido humano desfeito por tantos pecados, tantas injustiças, acumuladas ao longo da história. Entre o caráter prototípico e exemplar de Cristo e a nossa concreta realidade de A. Latina, faz-se necessária a mediação de nossas ações. Por isso, toda essa renovação, elevação, restauração, criação inicia-se com ele e atinge na sua pessoa a plenitude na Ressurreição, mas não se fez ainda plenamente história. A tarefa dos cristãos é encarnar em sua história a plenitude revelada na Encarnação do Verbo. Devemos nós, em outras palavras, prolongar o mistério da Encarnação e Redenção através das mediações de nossas vidas e práticas. Sem isso, esse mistério paira no nível do modelo, do ideal, do "ícone", da figura.

É a elevação concreta do oprimido, abaixado e encurvado por tantos séculos de exploração, de escravidão, é a re-instauração da ordem de justiça numa Ordem de violência e injustiça institucionalizada, é a restituição da dignidade humana a tantos seres vilipendiados ignominiosamente ao longo dos séculos e sobretudo nos últimos anos por regimes discricionários e abusadores do poder até o limite da tortura e do assassinato, que revelarão ao homem do Continente o significado real da Encarnação e Redenção para o Cristão. Do contrário, continuaremos presos a belos discursos, vazios de conteúdo e de vida.

A temática dos Direitos Humanos, independentemente do jogo ideológico da política da Comissão Trilateral, tornou-se parte essencial da evangelização em nosso Continente (6). João Paulo II relaciona diretamente a pessoa de Cristo com essas exigências. Pois, Cristo restitui definitivamente ao homem a dignidade, o sentido de sua existência no mundo. "Sobre o pano de fundo dos sempre crescentes processos na história, que na nossa época parecem frutificar de modo particular no âmbito de vários sistemas, de concepções ideológicas do mundo e dos regimes, Cristo torna-se, de certo modo, novamente presente, malgrado todas as suas aparentes ausências, malgrado todas as limitações da presença e da atividade institucional da Igreja" (nº 13). Essas palavras de João Paulo II aludem a valores de ideologias atuais, apesar de suas ambigüidades. Ora a campanha pelos Direitos Humanos insere-se precisamente nesse caso. Na sua origem histórica, os Direitos Humanos estão ligados a lutas concretas das classes burguesas contra um Estado absolutista. Para isso recorrem a Direitos que sejam naturais — anteriores ao

Estado — e individuais — irredutíveis ao Estado(7). Eram interesses concretos de uma classe. Certamente, porém, aí se descobriram valores que ultrapassavam os limites de classe e do momento histórico. Numa leitura teológica, o Papa identifica aí a presença de Cristo.

Ora, no atual momento, acontece fato semelhante em relação aos Direitos Humanos. Eles servem a interesses do capitalismo na sua luta ideológica contra o marxismo. Contudo, implicam valores que superam essa contingência. Mais. Chegam até a desmascarar situações criadas por esse mesmo Sistema, como em nosso Continente. A Igreja fora reticente nos albores da luta pelos direitos humanos, por não conseguir distinguir os elementos conjunturais e interessados dos valores profundos da existência humana(8). Hoje ela empunha essa bandeira em defesa das vítimas da opressão capitalista, apoiada pelos regimes militares e repressivos do Continente. Por que não reconhecer aí essa presença de Cristo de que fala o Papa? Nessa dolorosa luta, cristãos e não-cristãos têm mostrado tal paixão pela dignidade do homem, tal amor a pessoa humana, que eles se nos tornam sinais e sacramentos do Cristo, que manifestou em sua breve vida, com plenitude única, esta força de verdade e amor, que os defensores dos Direitos Humanos de hoje encarnam.

A relação com Cristo pode aparecer de outra parte. Ele é o "princípio estável e centro permanente da missão que o próprio Deus confiou ao homem" (n.º 11), sobretudo na nossa época, em que surgem oposições maiores. Ora, que missão confiou a todo homem? Naturalmente a missão não pode ser estabelecida de modo abstrato, a-histórico. Ela se realiza de modo diferente em cada momento da história. Nenhuma missão nos parece tão importante num Continente "sob o signo da transformação e desenvolvimento" e no "umbral de um nová época da história", "época plena de um desejo de emancipação total, de libertação de qualquer servidão, de maturidade pessoal e de integração coletiva"(3), que tentar realizar esse desejo. Hoje a Igreja sente em relação ao povo a necessidade de mais especialmente "compartilhar as angústias que nascem de sua pobreza" (Puebla n.º 27). Ela percebe "do coração dos vários países que formam a A. Latina está subindo ao céu um clamor cada vez mais impressionante. É o grito de um povo que sofre e que reclama justiça, liberdade e respeito aos direitos fundamentais dos homens e dos povos... O Clamor pode ter parecido surdo naquela ocasião (Medellín, 1968). Agora é claro, crescente, impetuoso e, nalguns casos, ameaçador"(10). Responder a tal clamor parece ser essa a grande missão que Deus confiou a todo homem, e da qual Cristo é centro, princípio estável.

Resumindo, a pessoa de Cristo, no pensamento de João Paulo II, está hoje presente convocando todo homem, e de modo especial o cristão, a realizar em seu momento histórico, nos limites de sua fraqueza, aquilo que ele em sua vida palestinense revelou por meio de seu agir e falar: viver em plenitude a liberdade na verdade em relação a Deus e aos seus irmãos.

Para João Paulo II, a Igreja necessita ter dois olhos, um voltado para Cristo de quem recebe a missão e outro para o homem de hoje a quem destina sua palavra e ação. Portanto, ela se define a partir dessa dupla referência. A fidelidade a seu ser não pode desconhecer nenhum dos dois pontos referenciais. Talvez a originalidade dessa Encíclica não esteja nalguma reflexão inédita, mas no acento que se dá a importância ao homem como a "primeira e primordial via da Igreja". As posições tradicionais frisam antes da fidelidade ao dogma, a uma verdade objetiva, a um depósito imutável, a um ensinamento codificado. A insistência no homem concreto, real, histórico da Redemptor Hominis desloca a ênfase da ação da Igreja para uma preocupação pela "única e singular realidade humana".

Em relação a Cristo, a Igreja procura ouvir, reler, reconstruir, viver e reviver a sua vida, as suas palavras. Interessante, se compararmos com o discurso em Puebla. Lá ele condenava as "releituras". Aqui ele afirma expressamente que "a Igreja não cessa de ouvir as suas (de Jesus) palavras, continuamente as **relê** e reconstrói com a máxima devoção todos os pormenores de sua vida" (n.º 7). Numa leitura rápida, não nos damos conta que "releitura" é o substantivo do verbo "reler". Portanto, João Paulo II reconhece necessidade para a Igreja de releituras das palavras e da vida de Jesus. Por conseguinte, a admoestação em Puebla visava unicamente a certas "releituras" e não ao fato imprescindível da releitura, como certa interpretação conservadora queria apressada e ilogicamente concluir.

Onera a consciência da Igreja a responsabilidade pela verdade da Revelação, da qual é "guarda e mestra". E como na concepção cristã o "ser mestre" significa antes de tudo ser o menor de todos a serviço dos outros e não senhor (Mt 20,28; Lc 22,26), o fato de a Igreja ser "mestra da Verdade" não lhe dá nenhum direito de senhorio, mas uma obrigação de serviço. Freqüentemente se esquece essa dimensão essencial de s e r v i ç o do Cristianismo, caindo-se em triunfalismos e atitudes dominadoras. Toda a legitimidade e plausibilidade da Igreja deriva de sua missão de colocar o homem em comunhão com Cristo. Por outro lado, é uma tarefa que nunca poderá ser preterida por ela, sem infidelidade à sua vocação fundante.

Há uma **dupla releitura de Jesus** possível, como missão da Igreja e por conseguinte dos religiosos também. **Uma** se faz através da exegese e teologia. Procura-se de dentro de novo contexto sócio-cultural, captar o significado do ser e agir de Jesus. Assim assistimos sempre ao longo da vida da Igreja, ao surgimento de novas cristologias, com características diferentes. Na A. Latina, esse fenômeno cristológico tem gerado difusas apreensões. Pois tem-se construído uma "cristologia situada historicamente" a "partir da situação de opressão, injustiça e exploração dos países latino-americanos"(11). Esta característica de ser uma cristologia enraizada no Jesus Palestinense e na situação de sofrimento de nosso povo tem-na distanciado de outras cristologias, sejam tradicio-

nais de cunho dogmático ou edificante, sejam modernas carregadas de preocupações exegéticas e científicas. A articulação do Jesus de Nazaré com o nosso contexto social tem sublinhado o caráter e alcance político-social da prática de Jesus diferentemente de leituras de interesse pessoal e espiritual(12).

A **outra releitura** é ainda mais expressiva. Ela se faz não simplesmente a partir de nosso contexto social, mas de dentro desse contexto através da própria prática cristã. A maneira como o cristão entende e vive o "seguimento de Jesus" dentro da realidade social torna-se "releitura viva" de Jesus. É uma "cristologia narrativa" através de comportamentos, atitudes, práticas concretas, compromissos bem definidos, lutas, celebrações. Ela se encontra também sob a forma simples de comunicados, noticiários, folhas mimeografadas para a litrugia, etc...(13).

Existe uma relação dialética entre essas duas "releituras". Pois a primeira alimenta a segunda. E a segunda torna-se a matéria-prima da primeira. Elas se interinfluenciam, criando uma verdadeira escola cristológica. Para a nossa vida eclesial, a segunda releitura de Jesus é mais relevante. Por isso, não se constituírá nenhuma escola através de publicações monumentais. A riqueza viva da Igreja se transmitirá sobretudo pelos canais da prática pastoral e das vivências cristãs ou de uma literatura teológica popular, provisória, colada à experiências das comunidades de base(14). Assim a Igreja da A. Latina vai cumprindo sua missão de reler e reviver as palavras e ações de Jesus através de suas produções teológicas de caráter sistemático e sobretudo através do seguimento diário de cristãos engajados em suas comunidades no meio do sofrimento dos pobres e oprimidos.

Em **relação ao homem,** a Igreja desempenha a tríplice missão profética, sacerdotal e real. Antes de abordar, no final da Encíclica, essa missão, João Paulo II explicita algumas condições prévias para que a Igreja possa realizá-la com eficiência.

Antes de tudo, impõe-se uma atitude fundamental de estima para com tudo que há no homem de liberdade, de inteligência, de vontade, de consciência, de ação do Espírito Santo. Pois a missão da Igreja "é nunca uma destruição, mas uma reassunção de valores e uma nova contrução, ainda que na prática nem sempre tenha havido plena correspondência com um ideal assim tão elevado" (nº 12). Essas palavras soam a nossos ouvidos latino-americanos semelhantes as propostas fundamentais de uma educação como prática da liberdade(15). Aí estabelece-se como condição de uma educação conscientizadora o método ativo, dialogal, crítico e critizador. Este diálogo "nutre-se do amor, da humildade, da esperança, da fé, da confiança"(16). Essa atitude pedagógica do educador de estima, de confiança, de respeito, de humildade diante do educando vai tornar-se fundamental no trabalho pastoral popular da Igreja(17). Sem dúvida, por influência dessa pedagogia libertadora, oficializada em Medellín, muitos agentes de pastoral assumiram em seus trabalhos nas comunidades

eclesiais de base atitude semelhante de escuta e de estima do povo. Não se trata de gesto populista ou demagógico, mas de verdadeira conversão interior. No caso dos religiosos e dos clérigos, isso apareceu tanto mais claro, porquanto acostumados a estruturas verticalistas de obediência e disciplina, facilmente as transpunham na própria prática educacional e pastoral. A metodologia libertadora, que vem responder precisamente a essa exigência da Encíclica, foi educando-os, ao mesmo tempo que eles educavam. Realizou-se verdadeira educação interativa, mútua, segundo a estrutura do autêntico diálogo.

A estima pelo homem concreto, real, histórico se fundamenta na sua dignidade. Esta é tão elevada que João Paulo II afirma com extrema ousadia que a "profunda estupefação a respeito do valor e dignidade do homem chama-se Evangelho, isto é, a Boa Nova. Chama-se também Cristianismo" (n.º 10). Num mundo, em que o poder do homem chegou a expressões extraordinárias, parece paradoxal a f i r m a r que a grande e boa notícia é a própria dignidade do homem. Pois, precisamente ela está terrivelmente ameaçada por tantos inventos e produtos da razão científica e técnica. Esta dignidade humana, por sua vez, tem como condição e base a liberdade. O Papa não aprofunda este tema mas alerta-nos para o fato de que nem tudo que se diz ser liberdade pelos sistemas e pelas pessoas, o seja de fato. Há uma relação de necessidade entre liberdade e verdade sobre o homem e sobre o mundo.

Tanto mais importante este alerta quanto o conceito de liberdade comumente veiculado no mundo capitalista sofre influências do liberalismo. No fundo, defende os interesses das classes burguesas. Pois a liberdade se traduz em espaço aberto para todos, em igualdade de oportunidades. Mas na realidade isto existe diferentemente para as diversas classes. Aquelas que dispõem de condições materiais e sociais exercem plenamente sua liberdade, enquanto as classes populares são cercadas pelas próprias condições objetivas das classes burguesas. A ilusão da liberdade torna-se tanto maior quanto as garantias de seu uso são leis, mecanismos sociais, constituídos e controlados pelas classes hegemônicas.

É tarefa fundamental do cristão e do religioso na A. Latina a explicitação da realidade social da liberdade de um lado e doutro a criação de nova prática de liberdade, levando em especial consideração os interesses daqueles que até então estiveram excluídos e marginalizados de seu exercício. Tarefa que tem um momento de desmascaramento da liberdade liberal e burguesa, para criar um segundo momento um conceito de liberdade do pobre, do o p r i m i d o. Tanto mais difícil se mostra tal empreendimento, quanto os instrumentos teóricos e de comunicação social estão, em sua grande maioria, a serviço das classes dominantes. O controle ideológico impede às classes populares e aos intelectuais organicamente ligados a elas o acesso aos meios de produção e difusão dos bens simbólicos, teóricos, espirituais. A tarefa acontece tam-

bém, e de modo mais importante, no nível da prática, das atividades sociais. Todos nós desenvolvemos em nosso campo pastoral, seja educacional ou hospitalar, seja paroquial ou missionário, inúmeras atividades, que poderão ser ou não concretizações dessa nova prática de liberdade. O empreendimento pioneiro de Paulo Freire na Educação precisa prolongar-se para outros setores. A liberdade deve ser vivida, experimentada e não simplesmente teoricamente explicitada. E a experiência da liberdade se torna a base da dignidade do homem, que por sua vez está no centro da evangelização. A liberdade para as classes populares é a grande verdade sobre o homem e sobre o mundo em nosso Continente.

Sobretudo nos países onde há regimes de força, "afirma Puebla, vê-se com maus olhos a organização de operários, camponeses e grupos populares e adotam-se medidas repressivas para impedi-la"(18). Se de um lado as classes populares tomaram consciência mais clara da própria dignidade, do seu desejo de participação política e social, doutro estes direitos são espezinhados(19).

A defesa da liberdade em prol da verdade sobre o homem e o mundo só será autêntica, se levar em consideração essas realidades concretas de nosso Continente, onde a concentração de poder por tecnocracias civis e militares frustram os reclamos de participação e de garantias do estado democrático(20). E sabemos que a palavra "democrática" inclui dentro de si a raiz "povo", e, na realidade concreta, não passa em nossos países de ficção legal para a defesa do poder das classes hegemônicas.

Essa proposta evangélica do Papa recebe sobretudo na primeira parte do Documento de Puebla, e, em largos parágrafos na III parte, concretizações expressivas, ao descrever com clareza o quadro social e eclesial em que vivemos e ao colocar como opção fundamental os pobres, que pertencem naturalmente às classes populares. Se estupefação diante do valor e da dignidade do homem chama-se Evangelho, na expressão do Papa, podemos traduzi-la para nosso contexto, dizendo que a estupefação diante do valor e da dignidade dos pobres, conscientizados e organizados na defesa de seus direitos fundamentais, chama-se Evangelho, Boa Nova, Cristianismo. Se a frase parece ousada, não é nada mais que a tradução contextual da corajosa afirmação de João Paulo II, ao identificar o Evangelho com a admiração pela dignidade desse homem redimido por Cristo. Naturalmente, não se trata de uma estupefação contemplativa, mas operativa. Em outras palavras há evangelho na medida em que esta dignidade é respeitada, anunciada em palavras e obras, é vivida pelo homem concreto, histórico. E a maioria, para não dizer quase totalidade de nosso homem histórico é o oprimido, o marginalizado, o segregado, o excluído. É interessante notar que não temos nenhuma dificuldade em aceitar as afirmações sobre a dignidade e valor do homem tomadas em geral. Mas quando procuramos traduzi-la para o homem real que vive em nosso Continente, com a mesma força lingüística anterior, surgem as oposições. Contudo, fica claro do

discurso do Papa que ele quer referir-se sempre ao homem de fato existente. Ele multiplica os adjetivos. E chega mesmo a dizer que não interessa "dar uma resposta **abstrata** à pergunta: quem é o homem" (n.º 16). Interessa, sim, o homem no contexto histórico em que vive, com tudo que isso implica.

No Antigo Testamento, o profeta confronta os caminhos de Deus com os dos homens, afirmando que aqueles não são estes (Is 55,8). No Novo Testamento, Jesus se afirma como caminho (Jo 14,6). Na Encíclica o Papa avança a afirmação de que o homem é o caminho da Igreja. Haverá oposição entre tais afirmações? Que significa então para nós que o homem seja esse primeiro e fundamental caminho, que a Igreja deve percorrer no cumprimento de missão?

O profeta, conhecendo os projetos do homem concreto de seu tempo, com tudo que tem de pecado, de covardia, de acomodação, de egoísmo, afirma categoricamente que não coincidem com os de Javé. Jesus sabendo-se revelador do Pai e o único acesso a Ele se afirma como caminho. Estas duas verdades continuam inabaláveis. Os nossos projetos são sempre ambíguos, carregados de pecado e graça, frutos das condições limitadas pessoais e sociais. O projeto divino encerra na sua complexidade e simplicidade infinitas os nossos pequenos projetos, assumindo-os como elementos fragmentários. Na plenitude escatológica aparecerá a coerência e oposição do agir humano em relação ao Reino de Deus. Certamente nunca conseguiremos na terra realizá-lo de tal modo que haja identidade. O Projeto de Deus se deixa mediatizar pelos nossos, mas nunca esgota-se neles(21). Critica-lhes sempre a imperfeição, a fraqueza, as contradições.

Esta consideração profética é feita a partir do olhar de Deus. É teológica. No mesmo plano se situa Jesus. Olha a realidade a partir da missão que recebeu do Pai. Ele é o caminho de descida e de subida, de vinda da Revelação a nós e de acesso nosso ao Pai. João Paulo II, porém, enfoca o problema de outro ângulo. Daí a diferença de afirmação. Assumindo a verdade das duas anteriores, pergunta-se: como pastoralmente, concretamente conseguimos levar o homem moderno a interessar-se, a perguntar-se, a querer viver e realizar o Plano de Deus? Como ele poderá descobrir e vivenciar a realidade de que Jesus é o caminho de conhecimento e acesso existencial a Deus? Para realizar essa missão, a Igreja tem de trilhar o caminho oposto, a saber comprometer-se em nível de vida, de convivência, de conhecimento, de experiência com esse home moderno histórico, real, concreto e então a partir de tudo que aprendeu de tal contacto pensar, reinterpretar a Revelação. Somente então pode voltar-se de novo a esse homem, a fim de falar-lhe. Por isso, ele é o primeiro e fundamental caminho da Igreja. Se a Igreja não o percorrer, seu discurso se torna insensato, sem sentido, sem agarre, sem significado. Pode mesmo ser verdadeiro. Mas não interessa ao homem, não lhe diz respeito, não realiza sua função de provocador à conversão, de apelo à prática nova da fé.

A verdade sobre o homem

O discurso de João Paulo não se desenvolve em linearidade cartesiana, mas circularmente, de modo que dificulta o trabalho de esquematizá-lo ou organizá-lo dentro de ritmo sucessivo. A divisão do corpo da Encíclica em três verdades — sobre Cristo, sobre a Igreja, sobre o homem — como em partes que se sucedem, não corresponde à dinâmica do pensamento do Papa. Quando fala da verdade sobre Cristo, já se está referindo ao homem com quem Cristo se une. Quando fala da Igreja, preocupa-se pelo homem, como seu caminho primeiro e fundamental. Portanto, não há na Encíclica três discursos distintos sobre Cristo, Igreja e o homem, mas inter-implicados. Nesse parágrafo procuraremos colher as afirmações fundamentais sobre o h o m e m na situação presente, com as conseqüentes decorrências para a ação pastoral dos cristãos e especialmente dos religiosos.

Há forte tensão no discurso pontifício. De um lado, afirma uma atitude de valorização decidida da dignidade do homem enquanto consciência, liberdade na verdade, ser querido por Deus em si mesmo, escolhido eternamente, chamado e destinado à graça e à glória, participante de e em Jesus Cristo desde o momento de sua concepção. Homem trabalhado por profunda aspiração pela verdade, pelo bem, pelo belo, pela justiça, pelo amor. Adquire em e por Jesus Cristo plena consciência de sua dignidade, elevação, valo-r i z a ç ã o transcendental de sua humanidade, sentido para sua existência. Homem que está íntima e indissoluvelmente ligado a Jesus Cristo pela sua sorte, nascimento, chamamento, morte, salvação e condenação. Homem que não vive sem amor. Precisa encontrar-se com ele, experimentá-lo, participar vivamente dele. O amor é-lhe o sentido da vida. Homem, enfim, que recebeu de Deus a missão de dominar a natureza (Gn 1,28) e está cumprindo-a através de gigantescas conquistas científicas e técnicas. Estas são as loas de reconhecimento para essa maravilha criada por Deus um pouco abaixo dos anjos (Sl 8,6), à sua imagem e semelhança (Gn 1,26). Doutro lado, o Papa constata com constrangimento uma situação social, que não faz jus a essa dignidade humana, que lhe é uma negação prática.

Usando o conceito marxista de alienação num sentido mais amplo, mostra como os frutos da multiforme atividade do homem são simplesmente tirados àquele que os produz e se voltam contra o próprio homem (n.º 15)(22). Talvez as duas principais e gritantes contradições da atividade do homem, cujos efeitos se voltam c o n t r a ele como enorme ameaça, sejam a poluição e as armas, sobretudo atômicas de hidrogênio, de neutrão. Está diante de terríveis perspectivas de auto-destruição, de conflitos a r m a d o s de proporções inimaginàveis, de formas de manipulação da vida humana imprevisíveis. Assim o progresso humano manifesta aquela inquietude de que fala São Paulo: a criação está submetida à caducidade. Mas para Paulo como para João Paulo maior ainda é a esperança de que ela se liberte da escravidão para entrar na liber-

dade da glória dos filhos de Deus (Rom 2,20,21).

Numa situação de equilíbrio, ao progresso humano científico e técnico deveriam corresponder um amadurecimento espiritual, um crescimento da dignidade e responsabilidade humanas, um desenvolvimento do senso ético, uma abertura para os mais necessitados. Entretanto, pesa como terrível ameaça para a humanidade o fato de dispor de recursos poderosíssimos, sem uma ética correspondente, sem amor social, sem vida moral e espiritual. Não tem havido uma prioridade da ética sobre a técnica nem um primado da pessoa sobre as coisas, nem uma superioridade do espírito sobre a matéria (n.º 16). A situação do homem contemporâneo está longe das exigências objetivas da ordem moral, da justiça, do amor social. Ele tem-se tornado objeto de multiforme manipulação através dos sistemas de produção, de organização, de comunicação social. De um lado, encontramos uma sociedade entregue ao consumismo desenfreado e doutro zonas de miséria e de fome; de um lado, regiões sem liberdade, doutro o abuso da liberdade em detrimento dos que sofrem notórias carências, miséria, indigência.

A verdade sobre o homem situado na Ordem social atual termina n e c e s sariamente na indispensável transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas, acompanhada de verdadeira c o n v e r s ã o das mentes, vontades e corações. Implica numa concepção de desenvolvimento universal e solidário dos homens e dos povos. Isso é tanto mais grave para nós cristãos, observa o Papa, quanto a história do homem será a "medida" dos atos humanos no juízo de Deus (Mt 25,31-46). (n.º 16). Os critérios de juízo dos acontecimentos e processos humanos são históricos e mutáveis. Isso nos incentiva a perguntar-nos pelos principais critérios que devem reger-nos a prática em nosso Continente. Inseridos no contexto mais amplo da história da humanidade, já temos alguns parâmetros aceitos pelo menos legal e oficialmente, pela maioria dos países do mundo. Esses aparecem na Carta dos Direitos Humanos, homologada pelas Nações Unidas. Para o cumprimento de tais direitos, exige-se que o povo seja soberano do próprio destino. Isso se torna realidade na medida em que no exercício do poder haja participação moral da sociedade ou do povo. Em outras palavras, faz-se necessária correta participação dos cidadãos na vida política da comunidade levando em conta as reais condições de cada povo e o vigor da autoridade pública. Reafirma João Paulo II a tradicional doutrina da Igreja do "bem comum", no sentido de que o dever fundamental do poder é a solicitude pelo bem comum da sociedade o que supõe que todos os cidadãos estejam seguros de seus direitos, sem opressão, intimidação, violência ou terrorismo (n.º 17). Em poucas palavras, este é o programa social que o Papa propõe à consideração e conseqüente atuação dos homens e, de modo especial, dos cristãos.

As coordenadas centrais da proposta de João Paulo II giram em torno ao empenho de estabelecer firmes baluartes para a defesa dos direitos inalienáveis da pessoa hu-

mana, sobretudo de sua liberdade iluminada pela verdade da história e da Revelação, e de desenvolver uma ética social a partir de um "amor social" em vista de estabelecer critérios para a criação, transformação das estruturas econômicas, políticas e sociais de nossas Sociedades. Para essa dupla tarefa nos convida a todos. E que papel podem desempenhar os religiosos?

Segundo antiga regra hermenêutica, as afirmações particulares e particularizadas devem ser entendidas dentro e a partir do contexto geral. Essa Encíclica programática de João Paulo II traçou-nos o quadro geral para a intelecção de outras afirmações suas mais detalhadas. Esta observação hermenêutica torna-se tanto mais importante quanto algumas alocuções pontifícias, de modo especial sobre a Vida Religiosa, têm descido a pequenos detalhes. E em vez de entendê-los à luz do grandioso quadro traçado pelo mesmo papa, alguns se têm perdido em discussões extremamente caseiras. As dimensões axiais do "respeito à liberdade humana e do amor social", colocadas como basilares pelo Pontífice, servem para localizar e relativizar outras asserções. O termo "relativizar" é assumido aqui no mais lídimo sentido etimológico, a saber "fazer referir a". A relevância da Encíclica programática consiste, entre outras coisas, em oferecer-nos esse ponto ao qual se referem, se relativizam outros pronunciamentos. A tarefa mais importante para Igreja conforme o programa traçado, é percorrer o caminho do homem concreto, histórico, real. A partir desse percurso, umas exigências se imporão como verdadeiras, imprescindíveis e outras aparecerão como de menor monta, secundárias, relativizadas. E tal fato não se estabelece a priori, da escrivaninha, mas de dentro do caminho t r i l h a d o na práxis.

A partir dessa reflexão de João Paulo II, compreende-se o acerto dos religiosos da A. Latina ao enveredarem pelo caminho da inserção e convívio em meio as classes populares, no esforço de percorrer o caminho do homem latino-americano, a fim de evangelizá-lo, em vez de conservar hábitos ou costumes do passado(23). Esses devem passar pelo crivo crítico desse homem concreto a ser evangelizado.

Adquire relevância em nosso contexto a defesa da sociedade, do povo, dos cidadãos diante do Estado. A liberdade burguesa surge nos séculos XVII e XVIII como esforço de uma classe ascendente para assegurar-se posição numa sociedade absolutista. O Estado encarnava a figura do leviatã opressor. Com o desenvolvimento do capitalismo liberal sua intervenção se fez necessária para salvar o sistema. Passou de força detestada, para menor mal. Os neocapitalistas defenderão intervenções que venham corrigir os desequilíbrios e disfunções do Sistema, ou cumprir funções que as classes burguesas não julgam mais lucrativas. Ideologicamente o Estado é apresentado como árbitro neutro dos interesses classistas antagônicos. Na realidade, exerce sobretudo a função de defensor dos interesses das classes hegemônicas. Se isso é válido da formação social capitalista em geral, tornou-se de modo muito mais evidente em nossos países de capitalis-

mo tardio, dependente e periférico. Os interesses do grande capital internacional e nacional associado vão ser os decisivos, a serviço dos quais o Estado colocará seus diversos aparelhos até os últimos mecanismos repressivos. A defesa dos cidadãos diante do Estado em nossos países significa na prática a defesa das classes populares e daqueles grupos que se articulam organicamente com elas. Pois, somente a esses o Estado reprime, enquanto favorece as classes hegemônicas, que o constituem, o controlam, o sustentam. Para não sucumbirmos ao engodo ideológico, devemos entender a afirmação do Papa sobre o sentido essencial do Estado como "solicitude pelo bem comum da sociedade" antes como normativa e utópica que analítica. Não se trata de algo que existe, mas de como deveria ser numa Sociedade de participação, de justiça social. De fato existe exatamente o contrário em nossos países latino-americanos. Aqui o Estado é das principais fontes de opressão e de arbítrio, por causa de sua articulação com os interesses das classes dominantes, hegemônicas, burguesas.

O discurso pontifício deixou-nos bem clara a necessidade de um empenho do cristão, e vale ainda mais do religioso, na transformação dessa Sociedade que viola e violenta os direitos humanos. E fica então pendente no ar: que tarefas desempenhar em concreto nessa transformação, para que tudo não se perca em simples palavras?

Já a própria Encíclica aponta alguns caminhos. Um dos principais consiste na elaboração de uma Ética social, que corresponda aos problemas atuais. De fato, ao progresso da técnica e ao desenvolvimento da civilização, observa o Papa, não se seguiu desenvolvimento proporcional da Ética. Existe antes um atraso (n.° 15). É tarefa desse nosso atual momento recuperar essa defasagem. Tanto mais grave é a situação quanto as questões éticas parecem não colocar-se para a consciência da m a i o r i a como relevantes. Tem-se procurado deslocar para outros setores do saber problemas até então considerados pela Ética. Com isso, ela tem-se esvaziado, causando esse perigoso vácuo e atraso de que fala João Paulo II. As Ciências do Comportamento e do Social têm ocupado de gravíssimos problemas éticos, como se fossem de sua exclusiva competência. Em carta-denúncia publicada nos jornais, um Ministro de Estado do Brasil acusava a seu colega de ministério de considerar a Economia a-ética. Em outras palavras, questões tão altamente ligadas à vida humana de tantos, como as abordadas em Economia, pareciam a esse ministro um assunto puramente técnico, sem conotação ética. O mesmo tem acontecido de modo significante no c a m p o do comportamento, onde terapias são empregadas sem a mínima preocupação ética. A simples observação da linguagem falada ou escrita leva-nos a perceber como vocábulos, cuja semântica vinha carregada de juízo ético — bom, mau, imoral, etc. — são simplesmente substituídos por termos originados do discurso científico — frustração, trauma, neurose, doença psíquica, etc. Com isso, relega-se a conotação ética para chamar atenção aos mecanismos psíquicos, biológicos, políticos ou econômicos(24).

Precisamente nesse contexto de extrema gravidade vem-nos o alerta ta da Encíclica para a relevância do papel do cristão na elaboração de discurso ético pertinente. Não poderá mais ser em linguagem universal, abstrata e metafísica como a dos manuais clássicos. A Ética exigida hoje necessita ser uma síntese do conhecimento da realidade psíquica, econômica, política obtida por instrumentais científicos disponíveis e das conquistas da razão humana histórica e religiosa. É resultado do embate dialético de uma realidade analisada cientificamente com todo rigor com as descobertas da humanidade ao longo de sua história humana e de fé. Os homens codificam as experiências bem sucedidas e transmitem-nas aos pósteros, em vista de criar melhores condições de existência. Trata-se, porém, de processo carregado de ambiguidades, de interesses confusos. Através de contínua autocrítica e mútuo questionamento, vamos superando essas contradições e incoerências. A Ética desempenha o papel de desmascarar valores destorcidos por interesses espúrios. Ela somente realiza esta função com auxílio de instrumentais sócio-analíticos, que, por sua vez, caem sob seu crivo crítico. Essa mútua relação agrava a dificuldade da Ética. De um lado, ela julga os instrumentais de análise. Doutro, esses possibilitam-lhe o juízo. Parece círculo vicioso. Ele se rompe na prática, no momento em que as contradições e os interesses vão aparecendo claros e por conseguinte caindo sob o olhar judicial da Ética. Esse olhar é treinado através das experiências históricas e religiosas. Pela Revelação e pela história sabemos como a experiência cristã possui originalidade e relevância únicas para os homens. Por isso, o cristão torna-se imensamente responsável do processo de aperfeiçoamento ético da humanidade.

Os momentos críticos desse processo acontecem principalmente, na hora atual, quando os valores tradicionalmente aceitos e as leituras da Revelação se chocam com a imponente tendência atual da emancipação, maioridade, racionalidade, cientificidade. A força desta última relega os dados anteriores para o mundo do mito, do pré-moderno, do primitivo, do pré-científico, esvaziando-lhe a força e valor. A verdadeira articulação desses dois fatores deve evitar que a Ética seja reduzida a um dado emocional ou que racionalidade se absolutize como critério último da verdade e do bem. A articulação Ciência e Ética é o desafio fundamental ao homem e cristão de hoje, sobretudo nos campos do Comportamento e do Social.

Nós, cristãos, habituamo-nos facilmente com a verdade no plano ideal. Assim a verdade sobre o homem, como no-lo descreveu o Papa, não nos causa nenhum problema. Permanece no nível formal, geral, abstrato, mesmo quando a insistência do Pontífice seja falar do homem concreto, histórico. De fato, verdade não é um dado, mas uma construção. Não é dogmática, mas prática. É veri-ficação (verum + facere). Ela se faz verdade na medida em que se realiza. Em poucas palavras, o discurso do Papa é proposta. Só será verdadeiro, na medida em que os cristãos encontrarem as mediações históricas como resposta. A verdade da proposta se faz verdade na resposta.

Conclusão

A Encíclica Redemptor Hominis é um programa. Nasce de um olhar para o futuro: aproximamo-nos do grande jubileu de fim de século e milênio. Ano da remissão das dívidas, do retorno à própria casa e terra, do descanso prolongado segundo a tradição semita. Ano da conversão interior, da expiação das próprias falhas, de acordo com o aprofundamento cristão. Já começou a contagem regressiva, que não se mede pelos ponteiros de algum relógio gigante, mas pela prática coerente dos homens na criação da comunhão e participação jubilar.

Ela recolhe as heranças sagradas dos insignes Pontífices João XXIII e Paulo VI. Diálogo salvífico, colegialidade e ecumenismos resumem verdadeiros programas de vida e ação para a Igreja e para os religiosos. Abertura e autoconsciência, autoridade-serviço e participação, identidade de fé e aceitação da crença alheia: dimensões que se tornaram conaturais e necessárias para a Igreja, num esforço de fidelidade às suas origens e de responsabilidade em relação ao homem.

Três verdades: sobre Cristo, sobre a Igreja, sobre a Dignidade Humana. Não separadas. Implicadas profundamente, de tal modo que os discursos sobre Cristo, sobre a Igreja, sobre a Dignidade Humana se interrelaciona mútua e necessariamente. Superam-se as dicotomias, os dualismos, as angústias esquizofrênicas. Adquirimos uma unificação de compreensão e de práxis. Invertendo a ordem, percebemos que pelo empenho pela dignidade do homem, e de modo especial do pobre, oprimido e marginalizado, estaremos proclamando a verdade sobre Cristo e sobre a Igreja. E vale o contrário. O silêncio sobre o homem oprimido é silenciar a Cristo e a Igreja, mesmo quando esses nomes estejam em nossa boca. Na medida em que proclamarmos pelos discursos e pelas práticas a estupefação diante do pobre estaremos anunciando a Boa Nova, o Evangelho. Isto é Cristianismo.

NOTAS

(1) João Paulo II, Discurso inaugural pronunciado no Seminário Palafoxiano de Puebla de los Angeles, em: III Conf. Geral do Episcopado Latino-Americano, ed. Loyola, São Paulo, 1979, pp. 15ss. (2) L. Boff, Jesus Cristo Libertador, Petrópolis 1976; J. Sobrino, Cristología desde América Latina, México 1976. (3) W. Kasper, Jésus le Christ, trad. fr., Cogitatio fidei n. 88, du Cerf, Paris 1976. (4) J. A. T. Robinson, Dieu sans Dieu, trad. fr., Nouv. Ed. Lat., Paris 1964, pp. 86s; expressão devida D. Bonhöeffer, o.c. p. 101. (5) L. Boff, Jesus Cristo Libertador, Petrópolis 1976, p. 193. (6) Direitos Humanos e Evangelização, REB 37(1977) 5-142. (7) P. Antoine, Les droits de l'homme ont-ils changé de sens? em: RevActPop 174 (jan. 1964), p. 5; Y. Calvez, Introduction à la vie politique, Aubier, Paris 1967, pp. 116-121. (8) H. Lepargneur, A Igreja e o Reconhecimento dos Direitos Humanos na História (I) REB (37(1977), pp. 159-184; (II), pp. 283-330. (9) II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, Presença da Igreja na atual transformação da A. Latina, em: SEDOC 1(1968) col. 663-66. (10) Puebla, o.c. nn 87-89. (11) J. Sobrino, Cristografía desde A. Latina, ed. CRT, Mexico 1976, p. 6. (12) J. Sobrino, o.c. pp. 137; L. Boff, Jesus Cristo Libertador, Uma visão cristológica a partir da

Periferia, em: REB 37(1977) pp. 501-524. (13) H. Brandt, Onde está a Teologia Latino-americana, em: CEI Doc. 79, set. 1977. (14) J. B. Libânio, Igreja que nasce da religião do Povo, em: vários, Religião e Catolicismo do Povo, ed. Ave Maria, São Paulo 1977, pp. 119-175; Id., Théologie populaire: existence et légitimité. Le cas du Brésil, em: Lumière et Vie 27(1978 pp. 85-100. (15 P. Freire, Educação como prática da liberdade, Ed. Paz e Terra. Rio. 1969; C. A. Torres Novoa, La praxis educativa de Paulo Freire, ed. Gernika, México, 1978. (16) P. Freire, o.c. p. 107. (17) Frei Betto, Da prática da pastoral popular, em: Encontros com a Civilização Brasileira, n. 2 (1978, agosto) pp. 95-112; A. Bezerra, As atividades em Educação Popular, em: CEI Suplemento n. 22 (1978, out.), pp. 2-22. (18) Puebla n. 44. (19) Puebla, n. 18. (20) Puebla n. 1263. (21) Puebla n. 193. (22) "L'appropriation de l'objet se révèle à tel point être une **aliénation**, que, plus l'ouvrier produit d'objets, moins il peut posséder et plus il tombe sous la domination de son produit, le capital" K. Marx, Les Manuscrits de 1844, Ed. Sociales, 1962, p. 57. (23) L. Boff, Os desafios da vida consagrada à luz de Puebla, em: vários, Puebla: Desafios à vida religiosa, CRB, Rio de Janeiro 1979, pp. 9-27; Equipo de teólogos de la CLAR, Vida Religiosa en A. Latina en sus grandes lineas de búsqueda, n. 20, CLAR, Bogotá 1974. (24) W. Schulz, Philosophie in der veränderten Welt, Verlag G. Neske, Pfullinger 1972, pp. 629ss.

Que têm a ver evangelização e dignidade dos pobres?

Muito. Quase uma identificação. Toda a legitimidade e plausibilidade da Igreja deriva de sua missão de colocar o homem em comunhão com Cristo. É uma tarefa que nunca poderá ser preterida por ela, sem infidelidade à sua vocação. O homem, porém, é "a primeira e primordial via da Igreja", como escreve João Paulo II. Para ele — o homem — se desloca a ênfase da ação da Igreja porque "a profunda estupefação a respeito do valor e da dignidade do homem, chama-se Evangelização". E no contexto da América atina, evangelização é a estupefação operativa a respeito do valor e da dignidade dos pobres.

Cartilhas das Dioceses — A Igreja e sua missão

Por mais que a Igreja disponha, hoje, no Brasil, de uma extraordinária presença, é difícil imaginar que a sua ação possa ir além de uma impregnação, de uma nova catequese. Ela sabe que não basta levantar a bandeira dos oprimidos. Nem pode parar aí. Ela tem de atingir outros setores da sociedade, sob pena de abandonar setores inteiros de seu rebanho. Sua presença, sua palavra, sua ação, devem chegar aos que tudo possuem e aos que nada possuem. Aos que mandam e aos que obedecem. Aos violentos e aos violados. Aos seguros e aos inseguros. Aos fortes aos olhos do mundo e aos fortes aos olhos de Deus, que são os fracos. Tem a Igreja a missão — na própria medida de sua influência — de trabalhar para o aperfeiçoamento do Estado. É neste aperfeiçoamento que está a esperança da desejada evolução social. Sem instituições livres e respeitadas, as reivindicações deste ou daquele grupo perdem-se no alarido geral. Passa a vigorar a lei do mais forte. Quem era oprimido pode passar tranqüilamente a opressor. Só a força de Deus que imanta a Igreja é capaz de humanizar esta civilização técnico-industrial que faz da máquina o seu símbolo e do exercício do poder a sua força.

UM SINAL DE ESPERANÇA PARA TODOS OS TEMPOS

— *Alegres. Sejam sempre alegres. A alegria é o sinal de um coração que ama muito o Senhor.*

— *Que horas são? São horas de amar a Deus. Amemo-Lo sempre mais.*

Santa Maria Domingas Mazzarello

Ir. Maria José dos Santos, FMA
São Paulo, SP

Este escrito tenta transmitir algo do que pode ensinar a vida simples de uma mulher singular: MARIA DOMINGAS MAZZARELLO, Co-Fundadora com São João Bosco do Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora, cujo Centenário de Morte as Irmãs Salesianas comemoram neste ano. É uma humilde tentativa de reconstruir um tempo, um lugar, um rosto muito amado, luz de fé e esperança ainda para os dias de hoje.

1. Vida: Iniciativa de Deus

Toda história humana é um tecido de fatos, pessoas, lugares... Acontecimentos traçam-se e, na originalidade de cada ser, o tecido vai se enriquecendo de colorido, de motivos diversos, de textura própria.

Assim também aconteceu na vida da Maria Mazzarello, a pequena "Main", de Mornese. Menina forte, voluntariosa, cheia de vida e alegria, Maria nasceu em uma família em que o pão diário era conseguido no trabalho árduo dos campos. Mas a dureza da vida era enfrentada com muita fé, coragem e alegria. Naquela casinha simples, o amor a Deus era uma realidade palpável, vivida; era o alimento mais forte, aquele que conduzia o Sr. José e Dona Madalena nos momentos alegres e também nas dificuldades. À sombra da igrejinha erguida em homenagem a Maria Auxiliadora pelo humilde povo da região, Maria crescia "em sabedoria e graça, diante de Deus e dos homens". E certamente os olhos do Senhor e a materna proteção de Nossa Senhora nunca a abandonavam, porque a ela estava destinada uma grande tarefa na construção do Reino: o cuidado com as jovens.

É bem verdade que o coração dos simples, dos pequeninos, entra mais facilmente em comunicação com Deus, porque tem dele a profunda necessidade, sente falta dele como do próprio ar. E o Senhor não se

nega, não se faz esperar, mas revela-se, revela sua vontade. E, à docilidade da busca, Ele responde com a mão firme, segura, generosa.

Com "Main", foi assim. Menina pobre, humilde, quase analfabeta (só aprendera a ler com o pai; a escrever, só mais tarde, depois de Madre), sentia grande atração pelo bem, um desejo grande de que todos fossem bons para serem felizes, um grande amor a Nossa Senhora e a Jesus Eucarístico. Nossa Senhora foi sempre sua grande amiga. Aprendeu a venerá-la como a Imaculada. E, na busca de identificação com Aquela que era estrela e guia de sua vida, antes dos dezessete anos, consagrou-se toda ao Senhor. É, ainda, das primeiras a entrar para o grupo das Filhas da Imaculada, criado por Dom Pestarino em louvor à Mãe de Deus.

Padre Pestarino, vice-pároco de Mornese, oferecia-lhe a ajuda de uma direção espiritual paterna, mas enérgica, exigente. Ele sabia com quantos dons o Senhor havia agraciado aquela vida e, por isso, queria-a dócil, aplicada, humilde e obediente. E Maria ia correspondendo, vencendo-se, fazendo-se, cada vez mais, sinal do amor e da benevolência de Deus.

Quando o tifo atacou o vilarejo, Maria Mazzarello não se deixou abater. Foi em socorro da família do tio, onde todos haviam adoecido e necessitavam de mão laboriosa, cheia de caridade e energia. Teve o pressentimento de que a doença não a deixaria escapar, de que deveria pagar caro o impulso generoso de seu coração. Mas foi, porque o Amor não vê barreiras e, no sofrimento, encontra motivos para mais amor.

Os tios salvos, Maria adoeceu. E, pronta para o céu, sentiu porém que o Senhor ainda não a chamava, que Ele ainda lhe reservava uma missão. Então, a prece que lhe brotou da alma foi consagração total, entrega absoluta de um coração cheio de amor: "Senhor, se queres concederme mais algum tempo de vida, que eu o viva por todos esquecida, só lembrada por Ti."

2. Na busca, o desejo de louvar o Senhor

Curada, Maria percebeu-se muito fraca. Lidar nos campos não era mais para ela. Os pesados trabalhos domésticos deviam ser, também abandonados. E naquela casa onde, dia e noite, ressoava a cantiga do trabalho, onde todos se ajudavam mutuamente, Maria começou a interrogar-se:

— "E agora, Senhor, que farei? Como passarei o resto de meus dias? Que queres que eu faça?"

Foram dias de angustiada busca. De pouco valiam as consolações que recebia do bom Padre Pestarino e do próprio pai. Seu modo de ser, ativo, participante; sua expectativa frente aos anos todos que tinha para viver, faziam-na procurar. Ela sabia que havia alguma coisa que podia e devia fazer. Era só encontrar.

E Maria começou a busca. Um dia, subindo a pequena colina de Borgo Alto, sentiu que lhe faltavam as forças. Falou. Levantou os olhos e... o que viu à frente assustou-a,

comoveu-a: um imenso colégio, com os pátios cheios de meninas. Maria Mazzarello ouviu, nítida, uma voz:

— "São minhas filhas. Eu as confio a você."

Depois, em segundos, tudo sumiu. Maria procurou o Padre Pestarino, mas ele dissuadiu-a, desanimou-a, proibiu-a de comentar o fato com as pessoas: — "Fantasias causadas pela fraqueza em que se encontrava... Fantasias." Maria calou. Mas uma voz continuou a repetir-lhe:

— "São minhas filhas. Eu as confio a você."

O verdadeiro amor sempre acha caminhos para chegar até os outros, porque é doação, serviço. Na sua busca, Maria entreviu uma possibilidade de trabalho que podia, ao mesmo tempo, ser instrumento de catequese junto às meninas da paróquia. Chamou Petronila, a amiga mais achegada, e expôs-lhe o plano: aprender a costurar para, depois, abrirem uma salinha de costura. Lá reuniriam as meninas e, enquanto lhes ensinassem costura, também lhes ensinariam a serem boas. E, em tudo, levariam as meninas a amar a Deus.

Um começo simples... Mas não são assim as coisas de Deus? O homem precisa das teofanias, dos aparatos. Deus, não: Ele é. E, por isso, pode fazer ser mesmo no silêncio, na pobreza, no escondimento.

O caminho estava achado, Maria começou a percorrê-lo, cheia de confiança e amor. Previa até onde deveria chegar? Talvez não. Mas, sem dúvida, uma voz continuava a ressoar-lhe no coração:

— "São minhas filhas. Eu as confio a você."

E um único desejo continuava a animar-lhe a caminhada:

— "Cada ponto de agulha seja um ato de Amor a Deus."

3. Hora decisiva: o encontro com Dom Bosco

Maria e Petronila trabalhavam; as meninas iam chegando, ávidas, de saber, carentes de atenção. E aquilo que seria sala de costura era já um pequeno orfanato. Ali junto a Maria, as meninas encontravam carinho, segurança, direção.

Deus continuava a providenciar, a encaminhar os fatos. E decidiu que era hora de pôr em marcha o projeto que tinha em mente...

Na pequena Mornese, a notícia explodiu, enchendo tudo de alegria, dando ritmo de festa a todos os trabalhos, unindo o povo nos preparativos: Dom Bosco estava para chegar, Dom Bosco e seus meninos visitariam Mornese. Maria lançou-se também nos trabalhos, envolvida pela alegria geral, estimulada pelo desejo interior de conhecer pessoalmente aquele que dedicava toda sua vida aos jovens abandonados.

Quando Dom Bosco chegou, o delírio foi geral. Em Maria Mazzarello, porém, uma certeza interior vinha criar novo elo entre ela e o insigne visitante: — "Dom Bosco é um santo, eu sinto isso."

Sim, Dom Bosco era aquele que Deus havia reservado para ser força, apoio, estímulo na caminhada que Maria já começara e que devia

tomar rumos ainda totalmente ignorados por ela.

Também Dom Bosco deve ter tido, no encontro, a revelação da mão do Senhor, trabalhando naquela vida, preparando um futuro que se expandiria até muito além dos acanhados horizontes da pequenina Mornese. E, por isso, ele, que vinha há uns tempos ouvindo uma voz pedir-lhe que se ocupasse das meninas — "Elas também são minhas filhas" — quando se decidiu a fazê-lo, lembrou-se de Mornese, do grupo da Imaculada, de Maria Mazzarello.

Muitas barreiras teriam que ser derrubadas! O bom Padre Pestarino apresentou a Dom Bosco as suas objeções: as moças nunca tinham dito que queriam ser freiras e o Colégio que estavam construindo em Borgo Alto, Dom Bosco prometera que seria para os meninos... Como reagiriam os mornesinos? Estavam mexendo num vespeiro!

Mas, quando se tratava de cumprir a Vontade de Deus, Dom Bosco era inflexível. E assim tudo devia acontecer: a 5 de agosto de 1872, as primeiras Irmãs, Filhas de Maria Auxiliadora, faziam os votos religiosos. Eram onze. Juntamente com elas, a vestição de quatro noviças. Estava iniciada a construção do "Monumento vivo" a Maria Auxiliadora, como o queria Dom Bosco. E a pedra angular era uma mulher humilde, enfraquecida pela doença, simples, pobre. Suas companheiras não estavam em situação diferente. E o mais impressionante é que o novo Instituto destinava-se à... EDUCAÇÃO.

Como são misteriosos os caminhos do Senhor! Como são impenetráveis os desígnios de seu coração! Ele escolhe os pobres, os desvalidos, os fracos para desconsertar os poderosos. Sua sabedoria, seu poder fazem coisas maravilhosas e, por sua Vontade, se deixam dirigir aqueles que o amam e o temem. Como Dom Bosco. Como Maria Mazzarello!

4. O Instituto, os inícios

Nascido, o pequeno Instituto tinha dois grandes pilares a sustentá-lo: o amor à Eucaristia e a presença de Nossa Senhora. Em meio a todas as dificuldades, em meio à pobreza extrema, esses dois pilares mantinham as Irmãs unidas, alegres, ativas, dispostas para o bem.

A pobreza era mesmo extrema. Faltava tudo, também o essencial. Comia-se pouco e mal. Trabalhava-se ininterruptamente e muito. Mas, o canto de louvor subia sempre límpido, ardoroso, até Deus. E a alegria reinava em cada canto daquela casa de Mornese, a "Casa do Amor de Deus".

Novas Irmãs chegavam. O Instituto crescia. Era urgente abrir novas casas, glorificar o Senhor, trabalhar pela expansão do seu Reino. As Irmãs deixavam o primeiro ninho e espalhavam-se por toda a Itália; a seguir, pela França... depois, impelidas pelo Amor, atravessavam o oceano, chegavam às Américas.

Madre Mazzarello era a mesma pessoa humilde, simples, recolhida no Senhor. Animava-a a coragem da fé e a direção que dava ao nascente Instituto era cheia do Espírito de

Deus. Era a Madre e, com materna dedicação, orientava, corrigia, exortava:

"— Alegres, sejam sempre alegres. A alegria é o sinal de um coração que ama muito o Senhor." "Queiram-se bem. Que, entre vocês, reine sempre uma grande caridade."

Seu lema continuava o mesmo: em tudo, a cada m o m e n t o, amar o Senhor:

"— Que horas são?

— São horas de amar a Deus.

— Amemo-Lo sempre mais."

Na sua humildade, a Madre não se sentia preparada para responder pelo Instituto que crescia sempre e se expandia tanto. Fazia questão de que todos soubessem de sua origem humilde e queria tornar sempre conhecida sua ignorância. Num ato de grande amor, ofereceu sua vida pelo Instituto, por suas Irmãs. E a oferta foi agradável ao Senhor.

1881. Maio. Madrugada do dia 14... Lúcida, louvando o Senhor, cantando à Mãe e Auxiliadora de sua vida, Madre Mazzarello morreu. Deixou-nos e foi em busca daquele que foi sempre o alicerce, o guia a esperança, a luz, a finàlidade de quanto disse, viveu e fez viver.

Aparentemente, nada de extraordinário marcou sua existência. A humildade de toda a sua pessoa, a simplicidade de sua vida, a serenidade de sua passagem, ter-se-iam perdido no tempo, se não houvesse a testemunhar o valor de sua fé e sua presença, ainda hoje, o Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora. Atualmente, o Instituto está espalhado pelo mundo inteiro. São mais de dezoito mil Irmãs, louvando diariamente o Senhor, no trabalho junto à juventude, nas mais diversas tarefas, nas diferentes classes sociais. Para elas, ainda hoje, a finalidade da vida é o amor a Deus, que se manifesta em cada gesto, em cada palavra. E, no mundo conturbado em que vivemos, a confiança em Maria Auxiliadora, Mãe e Mestra do Instituto, anima-as, dá-lhes coragem, alimenta-as na caminhada, alarga-lhes o coração para que, ganhando as dimensões do Mundo, sejam sinais de Esperança para todos os jovens! Não se esquecem daquela mulher simples, humilde, generosa, que se fez, no Instituto, sinal de esperança para todos os tempos: SANTA M A R I A DOMINGAS MAZZARELLO!

E quem é meu próximo?

Você sabe dar muitas respostas. Por exemplo: quem é do mesmo grupo social, quem está inscrito no mesmo código genético, quem revela traço cultural similar, quem é da família, do clube, do clã, da tribo, da religião, da nacionalidade, quem .... Só o cristianismo tem uma resposta paradoxal: O DESCONHECIDO. Os ingleses dizem: **Love thy neigbour.** O amor, de fato, é impulso que **aproxima** e **avizinha.** Ele descobre o escondido. Vence o afastamento. Sem consideração **a priori**, coloca o OUTRO ao alcance do coração, acessível a meu amor. Ação de amor singular que reflete o Amor de Deus.

SÃO FRANCISCO DE ASSIS, A LIBERTAÇÃO PELA BONDADE

CONTRIBUIÇÃO DE SÃO FRANCISCO À LIBERTAÇÃO INTEGRAL DOS OPRIMIDOS

Frei Leonardo Boff, OFM
Petrópolis, RJ

A radical pobreza vivida por Francisco em solidariedade para com os pobres e em seguimento de Cristo pobre nos abre o caminho para apreciar o tipo de libertação que daí se deriva e que contribuição sua prática pode trazer ao processo global de emancipação dos oprimidos de nosso tempo. A reflexão cristã da última década desenvolveu o que chamamos a teologia da libertação que significa uma vigorosa articulação do discurso da fé com o discurso da sociedade em vista da eficácia cristã em termos de libertação dos pobres que, em nosso Continente latino-americano, representam as grandes maiorias de nosso povo, simultaneamente oprimido e cristão(1).

A temática da libertação não é de hoje; na verdade, ela constitui quiçá a mola propulsora mais vigorosa da Cultura moderna. Em grandes traços podemos afirmar que a história dos últimos cinco séculos se concentra, em grande parte, nos processos de emancipação. A primeira emergência significativa se deu com Galileo Galilei; com ele se tratava de libertar a **razão** do interior da totalização religiosa que impedia o vôo autônomo do pensamento na descoberta dos mecanismos de funcionamento do mundo. Em seguida se tratava de libertar o **cidadão** do absolutismo dos reis e de vê-lo como o real portador e delegador dos poderes políticos, como o pensou J. J. Rousseau. Com Hegel se pretende libertar o **espírito** alienado na matéria da história rumo à transfiguração do Espírito absoluto. Com Marx se visa libertar os **proletários** da dominação econômica capitalista rumo a uma sociedade socialista sem o estatuto das classes. Com Nietzsche se quer a libertação da **vida** cercada e sepultada dentro da sofisticação da metafísica, da moral e da cultura. Freud elaborou todo um projeto de libertação da **psique** de seus amarramentos interiores (neuroses, psico-

ses, etc.). Marcuse lançou o manifesto da libertação do **homem industrial** reduzido a uma só dimensão pelo processo produtivo de escala. O movimento feminista mundial promove a libertação da **mulher** contra a milenar cultura patriarcal e machista na direção de uma sociedade menos sexista e mais personalista(2).

Todas as revoluções modernas visaram e visam o alargamento do espaço da liberdade humana: a revolução científica, a revolução burguesa, a revolução socialista, a revolução atômica e a revolução cibernética.

Se bem reparamos todo este processo emancipatório se fez à revelia da Igreja, paralelamente a ela ou até contra ela. A contribuição dos cristãos-católicos foi mínima. Apesar disto, nestes processos todos, não está ausente a inspiração judeo-cristã. Grandes nomes da libertação moderna são judeus: assim Marx, assim Nietzsche, assim Freud, assim Jung, assim Marcuse, assim Einstein. Neles fervilha ainda a seiva libertária dos profetas do Antigo Testamento e o sentido de que a história deve ser continuamente feita para ser digna do próprio Criador.

1. A teologia da libertação: os fiéis conferem eficácia libertadora à fé

A teologia da libertação se entende na esteira destes grandes processos emancipatórios que caracterizam a modernidade. Nasceu na periferia do mundo e da Igreja, na América Latina e se está expandindo na África e na Ásia onde os pobres vêem nela o grito articulado de sua pobreza que reclama libertação. Talvez seja a primeira vez, nos últimos séculos, em que a fé se propõe ser um fator histórico de libertação dos oprimidos, de forma consciente e planejada.

Na base desta teologia dos pobres se encontra uma experiência espiritual de protesto e de amor. Primeiramente existe uma iracúndia sagrada, virtude própria dos profetas, contra as dimensões de miséria coletiva do nosso povo. Nas palavras do Papa Paulo VI da **Evangelii Nuntiandi,** reassumidas pelos bispos em Puebla: "carestias, doenças crônicas e endêmicas, analfabetismo, pauperismo, injustiças nas relações internacionais e especialmente nos intercâmbios comerciais, situações de neocolonialismo econômico e cultural, por vezes tão cruel como no antigo colonialismo político" (n. 30;26). Esta realidade não agrada a Deus porque humilha a seus filhos. Importa mudá-la. Em segundo lugar, subjaz à teologia da libertação, um amor comprometido que se traduz pela opção preferencial e solidária para com os empobrecidos. Esta opção, como consideramos no capítulo anterior, implica, em primeiro lugar, uma troca de lugar social que encerra, por sua vez, a conversão do lugar epistêmico: procura-se ver a realidade social e histórica a partir das angústias e esperanças dos pobres(3). A partir deles patenteia-se com uma evidência palmar que a sociedade deve mudar e que, assim como vivemos, nos encontramos numa situação de pecado social e estrutural. Em segundo lugar, a transformação da sociedade deve ser feita a partir dos pobres e de sua própria força histórica; eles constituem o novo sujeito histórico emergente. Para esta

mudança, na direção de uma sociedade mais humana e justa para todos (não apenas para os oprimidos de hoje) componente fundamental é a própria fé cristã, já que nossos povos são em sua absoluta maioria cristãos e pobres. O evangelho e a fé cristã não precisam fatalmente significar legitimação dos poderes constituídos (que analiticamente se revelam opressores) nem endormecimento das **classes subalternas** e oprimidas. Pelo contrário, por sua própria origem e essência, o evangelho de Jesus Cristo constitui fator de libertação concreta e histórica. Só por uma perversão da vivência da fé ele é castrado de seu fermento libertador.

Fundamentalmente a teologia da libertação se propõe duas tarefas principais: primeira, apontar a relevância teológica dos processos emancipatórios. A libertação histórica jamais é somente histórica. Nela se dá graça ou pecado, objetivamente, independentemente das intenções dos atores ou dos signos ideológicos sob os quais vêm inspiradas. Em outras palavras: a salvação divina e o Reino de Deus se realizam, objetivamente, dentro destes processos, **nollens vollens,** porque tudo está aberto e vem penetrado pelo desígnio último de Deus. Mas o Reino se faz presente e se antecipa na medida em que estes processos são eticamente defensáveis, vale dizer, significam a criação de um sentido humano verdadeiro e melhor(4). Esta perspectiva permite reler os movimentos libertatórios dos últimos séculos e a cultura secular daí derivada como teologicamente relevantes, embora não fossem apoiados pela Igreja e até, alguns deles (a revolução socialista e proletária) se tenham posicionado contra o Cristianismo. A graça e o Reino não encontram na Igreja os portadores exclusivos, apenas privilegiados (na ordem da sacramentalidade). A fé cristã na presença universal de Deus e de Cristo dentro da história permite ler em chave teológica os processos emancipatórios que produzem humanização e maior espaço de liberdade. A Igreja é o lugar onde se elabora esta consciência e também onde se realiza de modo consciente e em forma de celebração a salvação que se dá no mundo e não apenas na Igreja. Sem esta explicitação consciente a libertação histórica seria real mas não completa; seria teológica (teria sempre a ver com Deus) mas não seria sacramental (representada por um discurso adequado e celebrada na comunidade).

Em segundo lugar a teologia da libertação se propõe enfatizar todos os aspectos libertários que estão presentes dentro do Evangelho, da vida e das práticas de Jesus e da grande tradição da Igreja. A fé é salvífica somente quanto passa a práticas de amor; hoje estas práticas ultrapassam o caráter meramente personalista e devem assumir um caráter estrutural e social. A salvação não se dá apenas nos processos libertários, pois se dá em todas as articulações humanas; mas hoje é na dimensão social e política que ela encontra sua expressão dominante e mais preciosa, pois é neste campo que se dão as grandes decisões dos homens e onde Deus é maiormente servido ou ofendido. Com razão diziam os Bispos em Puebla: "A libertação vai se realizando na história, a libertação de nossos povos e a nossa própria libertação pessoal, e abrange as diver-

sas dimensões da existência: o social, o político, o econômico, o cultural e o conjunto de suas relações" (n. 483). Mais ainda, a Igreja "critica aqueles que tendem a reduzir o espaço da fé à vida pessoal ou familiar, excluindo a ordem profissional, econômica, social e política, como se o pecado, o amor, a oração e o perdão não tivessem importância aí" (n. 515).

A grande questão que desafia a todos os cristãos nos meios pobres é esta: como sermos verdadeiramente cristãos, como anunciarmos a alegria da fraternidade universal porque somos todos filhos do Pai celeste, num mundo de miseráveis e de explorados? Só o podemos, de fato, se vivermos a fé cristã em termos de promoção humana e de libertação. A fé, evidentemente, não se esgota nestas expressões, mas não seria fé verdadeira, nem a fé de Jesus Cristo e dos Apóstolos se não incluísse a libertação da miséria que significa desumanização e ofensa ao próprio Deus. Tentar uma evangelização libertadora, urgir uma prática que implique também a transformação da sociedade, ajudar a gestar um homem novo dentro de estruturas histórico-sociais que gestem mais fraternidade, eis o que intenciona, fundamentalmente, a teologia da libertação.

Não basta, entretanto, a fé querer a transformação da sociedade. A eficácia depende de uma inteligente compreensão dos mecanismos sociais, especialmente, daqueles que produzem o empobrecimento e dos passos necessários para uma mudança qualitativa na direção de formas mais humanas de convivência. Importa ter sempre em conta também a contribuição específica que a fé pode dar. Ela liberta, mas não de qualquer jeito, nem perdendo sua identidade própria. Ademais ela jamais liberta sozinha; ela oferece uma contribuição a um processo que possui outras frentes, com outros atores e interessados. Mas ela pode e deve, como expressão de sua fidelidade a Deus e aos irmãos, oferecer o seu aporte na libertação dos oprimidos.

Em função da eficácia da fé, a teologia da libertação desenvolveu uma metodologia, vale dizer, um procedimento específico de reflexão e de prática. Primeiramente importa **ver** analiticamente a realidade sócio-histórica. Aí se descobre que vivemos numa sociedade de classes com interesses antagônicos. Os pobres são empobrecidos porque objetivamente, na forma como se organiza a própria sociedade, são postos à margem porque apenas possuem a força de trabalho e não o capital. Este é o que comanda não apenas a economia mas toda a organização social, política, educacional e impõe os valores próprios dos que detém o capital. Os operários para conseguirem os direitos mínimos, tiveram que derramar muito sangue. Pablo Neruda conta a luta dos operários das zonas desérticas chilenas, ricas em salitre, para conseguir o mínimo de higiene, pois milhares eram dizimados, precocemente, nas minas. "Numa destas greves, a polícia da companhia salitreira levou sete dirigentes. Os guardas iam a cavalo enquanto os operários, amarrados a uma corda, seguiam-nos a pé pelos areais solitários. Com algumas descargas foram assassinados. Seus corpos ficaram estendidos sob o sol e o

frio do deserto até que foram encontrados e enterrados por seus companheiros... No ano de 1906 em Iquique, os grevistas desceram à cidade dos escritórios salitreiros para pleitear suas reivindicações diretamente ao governo. Milhares de homens extenuados pela travessia juntaram-se para descansar numa praça defronte a uma escola. Pela manhã iriam ver o governador para expor-lhe suas pretensões. Mas nunca puderam fazer isso. Ao amanhecer, as tropas comandadas por um coronel rodearam a praça. Sem uma palavra começaram a disparar, a matar. Mais de seis mil homens morreram naquele massacre"(5). Fatos semelhantes constituem rotina em nossas sociedades de capitalismo dependente e periférico. Desconhecer a sangüinária luta de classes, levada a efeito pelo capital contra os operários, é mostrar-se cruel para com o grito dos milhões de trabalhadores anônimos e permanentemente injustiçados. Neste momento do **ver** se desfataliza a pobreza e se mostra como ela é, no dizer dos bispos em Puebla, "não uma etapa casual, mas sim o produto de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas" (n. 30), onde "ricos cada vez mais ricos se fazem às custas de pobres cada vez mais pobres" (n. 30). A análise põe a mostra estes mecanismos que, normalmente, permanecem ocultos ao olho descoberto ou à mera visão empírica.

Feita esta descodificação analítica, importa, à luz da fé **julgar** a realidade contraditória. Aqui entram critérios de ordem teológica e ética pelos quais se julga acerca do caráter de pecado ou de graça, de ordenação ou de negação ao projeto histórico de Deus de uma sociedade justa e fraterna, desta sociedade de classes. Aqui a fé elabora a sua própria compreensão do homem e da sociedade e em função disto organiza a sua intervenção no social.

Mais importante que o ver e o julgar é o **agir,** embora este último seja iluminado pelo ver e pelo julgar. Neste momento do agir a Igreja desentranha e tematiza as dimensões de libertação presentes na sua prática específica, na liturgia, na catequese, na teologia, na pastoral direta. A Igreja atua especialmente numa instância pedagógica, desbloqueando as consciências, levando os homens a assumirem um compromisso de libertação com seus irmãos, como obediência ao mandamento do amor em sua forma social, criando uma mística de transformação da sociedade como maneira de concretizar e antecipar já aqui no mundo o Reino de Deus, pois ele começa já agora na história e encontra sua culminância na eternidade. A partir de sua própria identidade de fé, organiza o povo em comunidades cristãs, onde os humildes se encontram, meditam a Palavra de Deus e à luz dela, discutem seus problemas e encontram caminhos de solução. Estas comunidades cristãs de base possuem um valor religioso imediato e direto, mas também ganham importância social, porque elas constituem lugares de formação da consciência social, da responsabilidade e da vontade de mudança.

Além disto, busca-se uma articulação com outros grupos sociais que também visam a mudança estrutural da sociedade. Por isso uma Igreja comprometida por uma opção pre-

ferencial e solidária com os pobres saúda e apóia os movimentos que nascem da base, os sindicatos livres, as associações populares que visam a defesa dos sem-poder, de sua cultura, de seus direitos. É importante também uma articulação com todos aqueles de outras classes sociais que optaram pelo povo e por suas lutas. Sem a cumplicidade deles, nenhuma libertação da base se sustentará.

Os bispos latino-americanos e o próprio magistério papal(6) tomaram consciência de que dentro de nossa situação, diversa de outros tempos, "a Igreja tem o dever de anunciar a libertação de milhões de seres humanos... o dever de ajudar a nascer esta libertação, de dar testemunho da mesma, de fazer que seja total; nada disto é estranho à evangelição" (Puebla n. 26, Evangelii Nuntiandi, n. 30). Este empenho, acusado por não poucos como incentivo à luta de classes, implicou para a Igreja difamações, perseguições e até a morte de muitos agentes de pastoral, desde bispos até simples camponeses leigos. Se a libertação divina dos homens custou o sangue do Filho de Deus, quanto mais a libertação histórica dos oprimidos não irá custar a vida de muitas pessoas?! É o preço a pagar para toda a ação que procura libertar a liberdade cativa. A liberdade jamais é outorgada; é conquistada num árduo processo de libertação.

2. Francisco homem libertado, libertador e livre

Se quisermos buscar a dimensão libertadora de Francisco devemos fazê-lo dentro de uma correta consciência epistemológica. Caso contrário, por falta de chaves de leitura adequadas, pode-se chegar a conclusões totalmente equivocadas como esta: "Não se encontra em Francisco nenhuma preocupação social; ele não quis mudar nada, jamais pensoù em contestar alguém nem estar contra nada"(7). Cumpre situar Francisco dentro do seu tempo. No mundo medieval a dominância cabe à religião; ela organiza toda a sociedade. Embora não deixe de ser a última, a instância econômica vem interpretada a partir daquela teológica e religiosa. É ela que estabelece o campo teórico e é no interior dela que todos os demais temas são pensados, utilizando o código próprio da religião. O social como social, nos moldes como aparece nas páginas acima, não havia ganho, no tempo de S. Francisco, a sua autonomia. Por isso procurar uma libertação social em S. Francisco no verbete sociedade ou libertação significa não encontrar, de partida, nada. Deve-se buscar a temática nos verbetes pobreza, riqueza, regra, autoridade, fraternidade, dinheiro, obediência, sarracenos, etc.

Ademais, estamos hoje conscientes de que o sujeito sempre guarda uma inter-relação com o seu meio social. Ele não precisa ter consciência disto, mas ela estrutura o próprio sujeito, independentemente de querer ou não querer. Descobriu-se o homem como **consciência possível.** Cada pessoa humana lança raízes dentro de uma situação determinada no tempo e no espaço; o destino próprio e irredutível de cada um se realiza dentro de condicionamentos não perfeitamente definíveis e abertos sobre o possível, mas atuantes sobre a trajetória pessoal. Um ator

social não vive e pensa o que quer, mas aquilo que lhe é possível dentro das coordenadas histórico-sociais. Por conseqüência, ele deve ser compreendido sempre dentro de um processo maior, dialetizando sociedade-indivíduo, destino pessoal-destino coletivo.

Com referência ao tema da libertação importa conscientizar outro dado metodológico; a importância do ponto de vista. Para muitos a temática da libertação é irrelevante, porque não participam das angústias e esperanças do mundo dos pobres. Não se colocam no ponto de vista dos interessados na libertação que são os pobres e todos os que optaram por eles. Francisco fez, inegavelmente, uma opção pelos pobres. Sua presença no meio deles, considerada sua consciência possível, significa uma libertação objetiva. Resta definir o conteúdo e a forma desta libertação. Para captar a contribuição de Francisco à libertação, faz-se mister definir portanto, previamente o interesse e o compromisso pelos pobres. Não se pense que isso prejudica a análise. Ao contrário, abre o espaço para que ela possa emergir.

Todo conhecimento humano remete a um ponto de vista ou a um lugar social, vale dizer, à consciente tomada de posição do sujeito que conhece. Conhecer é sempre interpretar e interpretar demanda a utilização de códigos ou chaves de leitura. Esta é a condição objetiva de todo o conhecimento. Querer ver tudo, globalmente, sem nenhum pressuposto, sem critérios seletivos, sem um determinado ponto de vista e interesse, implica a condenar-se a não ver nada ou a colocar tudo sob o mesmo plano como se tudo tivesse o mesmo valor, significa renunciar aos critérios de prioridade, negar-se ao sentido da prospectiva histórica e, finalmente, bloquear toda tentativa de crítica aos acontecimentos visualizados(8). Conhecer, portanto, implica fazer-se participante, mas com distância crítica e sentido dos limites do próprio ponto de vista, porque todo o ponto de vista é a vista de um ponto(9). É com esta embocadura epistemológica que queremos abordar a contribuição de Francisco para a temática da libertação e, eventualmente, para a teologia da libertação.

a) Francisco, homem libertado

Francisco, como personagem social, emerge num momento particularmente privilegiado e, por isso, crítico; é tempo de rupturas; algo de velho começa a morrer e algo de novo a nascer. O modo de produção f e u d a l conhece estremecimentos porque sua hegemonia se vê ameaçada pelo emergente modo de produção mercantil da burguesia comunal. Francisco por sua prática de vida reflete a crise do tempo e às saídas possíveis confere sua versão pessoal(10).

O sistema feudal se caracteriza pelo modo de produção servil. Há o senhor, dono do feudo e o servo que dele tem a posse, trabalhando para o sustento do senhor e de si próprio. Todas as relações sociais se fazem dentro do código dos pactos, alianças, juramentos, gerando o sistema de mútuas fidelidades num quadro estritamente hierárquico. Cada um ocupa o seu lugar, o "minor" e assim se forja a "ordo" piramidal, es-

tável e imutável. Deus é invocado como o garante da ordem. Dionísio, o Pseudo Aeropagita, na esteira de Santo Agostinho, criou a ideologia justificadora do sistema feudal com a sua **De sacra hierarchia.** À ordem terrestre corresponde a ordem celes- e assim vigora uma harmonia cósmica. O símbolo real desta unidade cultural é concretizado pela vida monástica; vive na terra e da terra e o princípio de agregação reside no voto de obediência ao abade e de vassalagem ao mosteiro. O cristianismo de corte feudal será nitidamente agrário.

No tempo de S. Francisco florescem as comunas onde irrompe uma nova classe social, a burguesia baseada no comércio e nas corporações profissionais(11). Não é mais o sistema da ordem que prevalece, mas o da liberdade das trocas e da livre associação e produção. O excedente populacional que se verifica na época acorre aos burgos juntamente com os expulsos das glebas, cavaleiros sem profissão e nobres decadentes. Os servos que podiam alcançar as cidades ganhavam a liberdade. Todo tipo de marginalizados e sobrantes, aventureiros e leprosos se aglomeram nas cidades. O que conta, porém, não é a posse da terra nem a titulatura feudal, mas o trabalho, o dinheiro, o ouro, o comércio, a prosperidade material, produzindo confiança em si mesmo. Elabora-se também uma ideologia adequada a esta nova sociedade para lhe conferir coesão e organização: o valor do indivíduo, de sua experiência pessoal, apreço ao trabalho e às agremiações, a tudo que é novo(12). O amor cortesão exprime esta liberdade que rompe a rigidez da estratificação feudal. É um mundo mais de leigos que de eclesiásticos. O cristianismo que se começa a viver é de característica acentuadamente urbana, assentado sobre a vivência pessoal que é considerada mais importante que a inserção na ordem hierárquica ou a aceitação pura e simples da tradição ou das doutrinas dos teólogos(13).

A Igreja hierárquica com Inocêncio III realiza a utopia presente em Gregório VII: a criação de um Papado universal, dotado da plenitude do poder religioso e civil. O **sacerdotium** submete a si o **imperium.** A conquista dos lugares santos da terra de Jesus pelos sarracenos é sentida como vergonha e humilhação coletiva. São os Papas que movem guerras santas, as cruzadas, mobilizando ideologicamente toda a Europa com os apelos de veneração à humanidade de Jesus, peregrina e sofrida(19).

A este cristianismo novo, nascido dos burgos e da atividade mercantil que tipo de discurso religioso pode apresentar uma Igreja assentada no poder e na preocupação de assegurar a dominação do mundo? Praticamente nenhum. Existe um vazio de liderança oficial, porque até então a religião cristã era feudal e não burguesa, era rural e não urbana. Para atender as demandas do tempo, fazia-se necessária uma evangelização do povo que fosse sustentada pelo testemunho da pobreza e tivesse raízes evangélicas e não tanto na repetição da doutrina comum, produzida pelo poder religioso imperante. Só assim se salvaguardaria uma credibilidade mínima e se elaboraria um sentido religioso reclamado pela situação(15).

É neste contexto que se devem entender os movimentos religiosos do tempo imediatamente anterior a S. Francisco dos valdenses, albigenses, cátaros, pobres de Lyon, humiliados, etc. A grande maioria são leigos (fora do poder sagrado), enraizados no meio do povo pobre, falam a linguagem popular (não a oficial, o latim), ocorrem nas cidades e apresentam uma resposta à demanda religiosa e social do tempo. Articulam uma temática mordente para a situação: levar uma vida evangélica e apostólica que se traduzia pela pregação ambulante e pela vivência da pobreza. Não apenas homens, leigos e clérigos, mas muitíssimas mulheres saíam para pregar e viver uma vida evangélica e apostólica(16).

É a partir deste transfundo que se deve situar a prática de Francisco. Não se apresenta como um agente do sistema daquele tempo seja social seja religioso. Isso é bem expresso em seu Testamento com a palavra "exivi de saeculo" (saí do mundo); não abandonou o mundo, mas **aquele** mundo, isto é, aquele tipo de relações e de interesses. Não o faz mediante uma estratégia teórica e prática da consciência formulando verbalmente uma alternativa e pondo em marcha um modelo novo. Isso é próprio de nossa epocalidade e de nossa consciência possível. Na época de Francisco seria de todo impossível. Apesar disto devemos dizer que foi um grande revolucionário e não um mero reformador. O reformador continua ainda agente do sistema, reproduzindo-o mediante correção de abusos e introdução de reformas. O sentido analítico de revolucionário implica fantasia criadora para projetar e viver algo de novo ainda não ensaiado. Francisco, revolucionário, começou a fazer o seu próprio caminho; ele mesmo confessa no Testamento: "ninguém me disse o que devia fazer". Mas o que faz representa por um lado uma radical crítica às forças dominantes do tempo e por outro uma resposta vigorosa às exigências da situação.

Visto a partir do sistema que define o que é possível e o que não é, o que é sensato e o que não é, o caminho de Francisco aparece como loucura. O Poverello tem nítida consciência disto. Reconhece literalmente: "O Senhor me disse que Ele queria que eu fosse um novo louco no mundo"(17). Entretanto, esta "loucura" funda uma nova forma de convivência, abre a possibilidade para um mundo novo. É o que o **Fratello** efetivamente propiciou.

Face ao sistema feudal centrado nos "maiores", Francisco se apresenta como "minor" e quer que sua Ordem se chame dos frades menores, sujeitos a toda humana criatura. Face à burguesia organizada sobre o eixo da riqueza, Francisco propõe o ideal da pobreza radical e da renúncia total ao uso do dinheiro. Face à Igreja do tempo sob a hegemonia do **sacerdotium,** Francisco se apresenta como leigo; mesmo feito diácono mais tarde, não está ligado a nenhum benefício.

Apresenta-se como um homem **libertado** das vinculações dos distintos sistemas. Esta consciência se manifesta por ocasião da disputa com o pai que foi aos cônsules de Assis para que estes obrigassem Francisco a restituir o dinheiro que havia distribuído entre os pobres. Intimam-no a que compareça dian-

te deles. Em resposta diz Francisco que "por graça de Deus já foi feito livre (iam factum liberum) e não estava mais obrigado a obedecer aos cônsules, por ser servo somente de Deus altíssimo. E os cônsules disseram ao pai: desde que se pôs ao serviço de Deus saiu de nosso poder" (de potestate nostra exivit (18). Esta saída do poder representa uma forma de libertação de Francisco. Na própria constituição do grupo inicial se nota esta vontade de libertação do conjunto das relações sociais do tempo. Dos 13 irmãos, seis provêm da aristocracia, dos quais dois são doutores da universidade de Bologna, quatro são "boni viri", pessoas formadas juridicamente e capacitadas a serem juízes, um sacerdote, jurista e membro do cabido da catedral; três vêm de classes baixas, dois de origem ignorada e o próprio Francisco da burguesia comercial afluente (19).

Todos fazem uma opção radical pelos pobres e pelo Cristo, rejeitando de antemão secundar a nova sociedade nascente. Antes de se entregarem à esmola, trabalham nos leprosários, como empregados nas casas ou no campo. Mesmo como esmoleres se atinham ao estritamente necessário. Francisco dizia de si mesmo; "Nunca fui um ladrão de esmolas, recebendo-as ou gastando-as além do necessário; sempre aceitei menos do que me ofereciam, a fim de não lesar outros pobres, pois de outra maneira seria agir como ladrão"(20).

O grupo de penitentes leigos (Ordem Terceira) sob a inspiração de S. Francisco, mesmo permanecendo no século, de certa forma se substraem ao sistema feudal: fazem o propósito de não usar arma de qualquer espécie e se negam a fazer qualquer juramento e assim entrar na ordem hierárquica feudal(21).

Com sucessivas bulas os papas Honório III (em 1221 e 1226) e Gregório IX (1227) defendem os membros da Ordem Terceira contra perseguições movidas pelos **podestà** de várias cidades porque escapavam da ordem feudal(22).

Mais importante que liberar-se da organização social daquele tempo é liberar-se para uma nova forma de sociabilidade. Francisco funda uma fraternidade verdadeiramente utópica(23) radicada na radical igualdade de todos: "nenhum irmão tenha poder ou domínio algum, máxime entre si... mas quem quiser ser maior dentre eles, seja ministro e servo de todos"(24). Quem assumir uma função de coordenação se comporte como uma mãe; revoluciona a relação dos súditos para com os ministros: os súditos podem falar "como senhores a seus servos, pois assim deve ser, que os ministros sejam servos de todos os irmãos" (25). Trata a seus confrades de cavaleiros da Távola Redonda(26) para representar plasticamente a igualdade entre todos. A obediência se inscreve dentro do mesmo espírito de fraternidade: "os irmãos por amor espiritual se sirvam e obedeçam voluntariametne entre si"(27). Face às rupturas e pecados na comunidade a medicina igualmente é ditada no espírito de fraternidade: "não perturbar-se ou enraivecer-se por causa do pecado ou do mau exemplo", "admoestar com humildade e prudência, advertir e repreender". Quando tudo isto se mostrar inoperante, cabe ao ministro "dar-lhe um

tratamento que melhor lhe pareça diante de Deus"(28).

Esta fraternidade está aberta para fora. Ao andar pelo mundo, os irmãos devem andar, evangelicamente, pobres, anunciar a paz, comer o que a gente tiver, e renunciar a qualquer tipo de violência e dar a quem pedir(29). O sair do mundo (exire de saeculo), como se depreende, implica num entrar mais profundamente num mundo novo. A forma mais expressa disto é "ir entre os sarracenos e outros infiéis (ire ad sarracenos et alios infideles). O sentido da missão para Francisco não é, em primeiro lugar, para converter os infiéis e expandir o sistema cristão. É para viver o evangelho da fraternidade universal, "submetendo-se a todos os homens por causa do Senhor e confessando-se serem cristãos". Portanto, a vivência da fraternidade e do serviço para além das diferenças de religião e de cultura está mais próxima da verdade do Evangelho do que a simples aceitação doutrinária dele. Somente depois, "quando o julgarem agradável ao Senhor, podem anunciar a Palavra de Deus"(30). Como se vê o critério não é eclesiástico ou de reforço ao sistema cristão, mas é teológico, "graças a Deus". Esta perspectiva de não-violência para com os sarracenos, põe em xeque a prática cristã das Cruzadas com sua conhecida violência.

Esta fraternidade não seria totalmente aberta e libertada se não se abrisse para baixo, numa verdadeira democracia cósmica com todas as criaturas. Para ser realmente irmão importa viver fraternalmente com os pássaros, o fogo, a água, a cigarra, o lobo, a lesma da estrada, cercando tudo com respeito e devoção, ternura e compaixão. Em outras palavras, a relação primeira para com as coisas da natureza não é de posse e de pertença, mas de convivência e convivialidade. Todos nos pertencemos mutuamente em relações de igualdade e de simetria. Se por acaso houver algum privilégio com respeito à universalidade dos bens, então o é para os pobres, os indefesos e fracos.

Com referência aos pobres Francisco possui uma visão libertária, evitando o assistencialismo como forma de presença no meio deles. Não assinalou aos seus seguidores nenhuma atividade apostólica específica. Não criou hospitais, lazaretos ou obras de assistência aos pobres, porque não os considerava, primeiramente, como objeto de ajuda. Ser pobre **como** os pobres está a serviço do estar **com** os pobres em profunda solidariedade. Francisco se empobrece voluntariamente para poder conviver com eles e formar uma comunidade de vida. Não raro saíam os frades a pregar o evangelho de dois em dois pelo mundo e um deles era um leproso. Está aqui em ação não uma pedagogia para o oprimido, mas uma pedagogia do oprimido (31): resgata-se o valor do pobre, sua força de evangelização; evita-se uma ajuda que não aproveita sua criatividade e seus valores.

Já acenamos anteriormente para a profunda libertação em termos de humanização que significa a solidariedade física para com os pobres. O fato de compartilhar de suas misérias, investir afetividade, abraçar e beijar, consolar e socorrer suas necessidades restitui à pobreza uma dignidade humana imperceptível ao

insensível. Em outras palavras, a humanidade negada aos pobres e miseráveis, não é d e s t r u í d a; ela está lá presente sob signos contraditórios; uma vez assumidos estes signos, rompe-se como que o véu e rutila, calorosa, a humanidade com sua sede de participação, de respeito, de comunicação, de solidariedade, de ascensão para o alto, para além da luta da pura sobrevivência, na direção da captação do belo, do justo e do sagrado. Então se aquilata a verdade daquilo que disse D. Helder Câmara, o grande atualizador de S. Francisco em nosso meio: "Ninguém é tão pobre que não possa dar, como ninguém é tão rico que não possa receber". No dar e receber se nutre e se contrói a vida humana, para além das diferenças de classe. No dar e receber compartidos o pobre sente humanizada sua própria pobreza. É neste contexto que ganham relevância a cortesia, "irmã da caridade e uma das qualidades de Deus"(32), a disponibilidade, o serviço humilde e a profunda compaixão e ternura de Francisco para com os mais necessitados. São formas de comunicação que humanizam e libertam.

b) **Francisco, homem libertador**

Um dos valores globais vividos por Francisco ao lado da pobreza e da minoridade é aquele da paz. Não passa ingenuamente pelo mundo; sabe que ele constitui a "regio dissimilitudinis"(33) e por detrás das dissemelhanças se camuflam as injustiças e as violências. Especialmente a propriedade guarda um vínculo indisfarçável com a violência ou a perda da paz e da tranqüilidade do coração. O bispo de Assis Guido entendeu por bem advertir Francisco sobre a rudeza de sua vida por causa da renúncia a todo tipo de pobreza. Francisco respondeu com senso de realidade: "Senhor, se possuíssemos haveres, ser-nos-iam necessárias armas para nossa proteção. Pois é daí que surgem litígios e contendas que de muitas maneiras costumam impedir o amor de Deus e do próximo. Portanto, neste século não queremos possuir nada de temporal"(34).

Sempre que Francisco c o m e ç a suas pregações, invoca a paz dizendo: "O Senhor vos dê a paz"(35). A saudação que os companheiros levam pelo mundo afora é "paz e bem". Aponta a toda a Ordem uma verdadeira missão de paz (legatio pacis)(36). Pede aos irmãos uma atitude de paz irrestrita, a ponto de recomendar-lhes: "todo aquele que se aproximar, seja amigo ou inimigo, ladrão ou bandido, recebam-no com bondade"(37). Numa sociedade turbulenta como aquela de Francisco, cheia de bandos de salteadores entre uma cidade e outra, tal atitude pareceria verdadeiramente ousada e revolucionária. Mais ainda: "A paz que anunciais com a boca mais deveis tê-la em vossos corações. Ninguém seja por vós provocado à ira ou ao escândalo mas todos, por vossa mansidão, sejam levados à paz, à benignidade e à concórdia. Pois é para isto que fomos chamados."(38)

O que se pede, portanto, é que os irmãos sejam fatores de libertação das fraturas e ódios entre os homens. Francisco mesmo tomou a sério esta missão de mediação, vale dizer, engajou-se pela paz como um verdadeiro libertador, em Perusa,

Bolonha, Arezzo, Sena e em Assis. Em Perusa solicita os cavaleiros que se treinavam para combater a vizinha cidade a que "sejam mais bondosos com os vizinhos"(39) mas em vão. Em Bolonha se empenha para chegar a um novo tratado de paz(40), suplantando os ódios que dividiam a cidade. Conseguiu com Frei Silvestre, pacificador a cidade de Arezzo, "afogada numa luta intestina"(41). Em Sena trouxe a paz a um grupo de homens que se guerreavam e se matavam, mediante sua pregação ardente e persuasiva(42). Conhecida é a reconciliação conseguida por Francisco entre o bispo de Assis e o prefeito da cidade. O bispo havia excomungado o prefeito e este proibira vender ou comprar, qualquer coisa que fosse ao bispo ou de fazer com ele qualquer contrato. Francisco soube do ocorrido e penalizado comenta: "É uma vergonha grande para nós, servidores do Senhor, que o bispo e o prefeito se odeiem a este ponto sem que ninguém se interponha em favor da paz." Embora doente no leito de morte, acrescentou um verso alusivo a esta circunstância ao Cântico das Criaturas: "Louvado sejas, meu Senhor, pelos que perdoam por amor de ti e suportam injustiças e tribulações. Bem-aventurados os que perseveram na paz porque por ti, Altíssimo, serão coroados"(43). Enviou dois de seus companheiros à casa do prefeito, convocando-o ao palácio do bispo. Enviou todos os demais frades ao palácio para cantarem todo o Cântico das Criaturas mais a estrofe acrescentada. Bispo e prefeito se encontram ao som da cantoria dos frades. Perdoam-se mutuamente, "abraçando-se com grande bem-querer e afeição"(44).

Não menos famosa apresenta-se a mediação de Francisco junto ao sultão Melek-al-Kamil, por ocasião da quinta cruzada(45). Em junho de 1219 se junta aos cruzados em Damieta; dá-se conta da violência reinante e tenta impedir a continuação da guerra, sem qualquer efeito, chegando a assistir o total fiasco dos exércitos cristãos(46). Mas valeu seu empenho pela paz. Em seguida, sem qualquer proteção de armas, apresenta-se, a descoberto, ao exército muçulmano. Encontra-se com o sultão. O evento vem cercado de legendas, mas o resultado seguro está no profundo impacto que Francisco causou ao soberano, graças à sua simpatia, tolerância, respeito e amor à paz. A liberdade de os frades poderem ir e vir e guardar os lugares sagrados da Palestina está ligada a este gesto de pacificação não-violenta iniciada pelo Fratello.

Com referência aos grupos heréticos, pobres e evangélicos também eles como Francisco, mas críticos face à institucionalidade da Igreja poderosa, guerreira e rica, comporta-se o Poverello com grande respeito e discrição. Tais heréticos se encontravam em Assis, Spoleto, e chegavam até infiltrar-se no movimento franciscano. Nos escritos de Francisco se percebe somente de forma indireta que protege sua Ordem contra eles; jamais os ataca de frente, pois não quer destruir possíveis pontes nem enfrentá-los com as armas como era a política do tempo(47).

Esta mesma atitude criadora e restauradora de paz se encontra para com os animais. Francisco libertava os pássaros presos, a ovelhinha levada ao matadouro, se indignava

com aqueles que maltratavam os animais.

c) A estratégia libertadora de Francisco

Qual a estratégia utilizada por Francisco para libertar os homens daqueles sentimentos e práticas que os levaram ao ódio e à violência? Tocamos aqui no ponto, quem sabe, mais original de sua perspectiva face aos conflitos sociais e históricos. Queremos abordar o tema referindo-nos a duas legendas que, como todas as legendas, guardam o espírito melhor do que a letra dos fatos: a legenda dos ladrões do Borgo San Sepolcro (48) e aquela do lobo de Gúbio (49).

Na primeira se trata de uma pedagogia da conquista e da libertação. Ladrões se homiziavam nos bosques saqueando a redondeza e assaltando os transeuntes. Movidos pela fome, pedem pão no eremitério dos frades. Comovidos pela necessidade deles os frades atendem, mas não sem remordimentos: "Não está certo que estejam a dar esmola a esta casta de ladrões que tanto mal fazem neste mundo"! Apresentam a questão a Francisco. Francisco apresenta vários passos de aproximação e de libertação dos ladrões: (a) levar ao bosque pão e vinho, dos melhores, e gritar "Irmãos ladrões, vinde cá! Nós somos irmãos e trazemo-vos bom vinho!" Os ladrões se aproximam, são servidos pelos frades e comem; b) só então f a l a r ã o de Deus, mas não pedem que abandonem a vida de ladrões; seria pedir demais e não conseguir nada; pedem o que, efetivamente, podem fazer: ao roubar, não bater ou fazer mal a pessoa alguma; (c) no dia seguinte far-se-á o mesmo rito de aproximação, mas mais enriquecido ainda, com ovos e queijo; (d) os ladrões comem e o u v e m uma exigência maior: convém largar esta vida de sofrimento e de fome; a quem O serve Deus dá o necessário para o corpo e a salvação para a alma; (e) enfim, por causa da cordialidade e da bondade dos frades os ladrões se convertem, alguns dos quais se fizeram frades.

Como se depreende, há uma renúncia explícita à acusação, ao dedo em riste apontando para o mal-feito e a condenação. A estratégia privilegia a bondade, a cordialidade, a paciência, a confiança na energia sã que demora dentro de cada um e que pode ser ativada pelo cuidado e pela compreensão. Esta perspectiva pressupõe a superação de todo o farisaísmo e maniqueísmo que distribuem esquematicamente a bondade toda de um lado e o mal todo do outro. Supõe que em cada pessoa humana mora um ladrão possível e em cada ladrão vive um frade possível. E o frade santo e bom pode ser resgatado desde que investirmos ternura, compreensão e cuidado. É a estratégia de S. Francisco, a libertação pela bondade.

Mais claramente emerge esta estrutura na legenda do lobo de Gúbio. Para além de seu fundo histórico, há nesta legenda um interesse analógico muito grande(50). Se repararmos bem, não nos deparamos face ao lobo mau de um lado e a boa gente do outro. O que, na verdade, ocorre é a vigência do lobo da selva "grandíssimo, terrível e feroz", como o pinta a legenda, e do outro lobo da cidade, armado e cheio de

medo. Em outras palavras, trata-se de dois atores que se enfrentam e cuja única relação é de violência e de mútua destruição. Qual é a estratégia de Francisco? Sua perspectiva não é forçar uma trégua, uma espécie de equilíbrio de armas sob a égide do medo. Nem sua estratégia reside em tomar partido de um ou de outro lado. Sabe evitar o farisaísmo facilmente detectável em situações de conflito nas quais cada agente social pensa mais ou menos assim e conformemente age: perversos são os outros, não eu, por isso devem ser destruídos. Ninguém questiona a própria posição com receio de descobrir o lobo mau dentro de si mesmo, ao lado da boa gente, convivendo tensamente. O caminho de Francisco é evangélico, c a m i n h o novo que aparece somente quando cada um se dispõe a mudar na direção do outro. O desafio libertador é fazer das duas espécies de lobos, homens novos. Assim procede Francisco, o pobre-impotente e o pobre-desarmado. Toma o caminho do lobo. Não vai representando os cidadões armados. Vai pobre, cidadão do Reino dos céus, fascinado pela novidade do evangelho. Fecha as faces do lobo com a linguagem da fraternidade: "Irmão lobo, vem cá!" Faz o lobo reconhecer sua situação de "digno da forca, ladrão e homicida péssimo". Mas também sabe é "pela fome que fizeste tanto mal". Com a promessa de receber o alimento necessário, promete também jamais lesar alguém. Converteu o lobo em **irmão** lobo, em ser novo.

A estratégia de Francisco para o lobo da cidade (os cidadãos armados e medrosos) segue os mesmos passos. Não lhes dá razão, mas cobra-lhes conversão: "Voltai, pois, caríssimos, a Deus e fazei digna penitência dos vossos pecados, e Deus vos livrará do lobo no tempo presente e do fogo infernal no futuro"!

Desta mudança em ambos, pode eclodir a paz: o lobo da selva freqüenta a casa dos homens e os homens lhe dão o necessário para a vida. Esta paz não é a vitória de um lado, mas é a superação dos lados e dos partidos. É a paz verdadeira que significa, na expressão feliz de Paulo VI, o "equilíbrio do movimento". Este movimento não se orienta contra o outro, mas para o fundo e para a frente; para o **fundo** pela conversão de cada um, para a **frente,** pela criação de uma convergência que não é uma terceira via, mas a via nova da fraternidade e da paz que, de si ninguém possui, mas a qual todos são convidados a construir.

Novamente o procedimento próprio de Francisco não reside em acirrar as contradições nem remexer na dimensão de sombras da existência, lá onde se acoitem os ódios, as vinganças e o espírito de dominação. Dá um voto de confiança na capacidade libertadora da bondade, da ternura, da paciência e da compreensão. "Francisco compreende as situações. Onde nós, as mais das vezes, não vemos senão vício e maldade, imediatametne descobre ele alguma secreta amargura, um fundo de bondade ignorada, uma criatura, enfim, a salvar. Numa palavra, é um homem bom de verdade".

Para conseguir a paz exclui toda violência, empenha, como vimos nos vários exemplos acima, a própria pessoa, a força de sua palavra per-

suasiva, a poesia e a canção. A paz não é apenas uma meta a alcançar, mas também um método a seguir. Por isso, com razão enfatizam, as primeiras biografias que anunciou sempre "o evangelho da paz"(52), fez-se "o anjo da paz"(53), começavam os sermões sempre com a expressão "O Senhor vos dê a paz"(54), admoestava os irmãos dizendo: "Ide e anunciai aos homens a paz"(55). "E esta paz — comenta Celano — ele a anunciava sempre sinceramente aos homens e às mulheres, a todos os que encontrava ou vinham a ele. Neste modo, obtinha freqüentemente com a graça de Deus que os inimigos da paz... se tornassem eles mesmos filhos da paz"(56).

d) **Francisco, homem livre**

Das reflexões articuladas acima aparece, cristalina, a dimensão da liberdade em Francisco. Ele foi, fundamentalmente, um homem livre. O frescor da liberdade irradia de seus gestos e de suas palavras. Esta liberdade significa uma conquista, ao largo de um oneroso processo de libertação. E a conquista da liberdade revela a madureza de uma personalidade que sempre buscou a ascensão e o mergulho na própria profundidade. Celano vê já no próprio nome — Francisco — a expressão "de um coração franco e nobre; os que experimentaram sua magnanimidade sabem como foi generoso, liberal para com todos, como se mostrou firme e impávido em tudo e com que força e vigor pisou todas as coisas do mundo"(57). Todas estas qualidades concretizam a prática de uma imensa liberdade, origem primordial do fascínio do Poverello.

A própria regra dos frades menores exprime a soberania da liberdade; nela vigora um mínimo de lei com um máximo de espiritualidade(58), um mínimo de organização com um máximo de evangelho(58). Quando mais tarde, frades "notáveis pela ciência e doutrina" junto com o Cardeal Hugolino sugeriram-lhe normas e prescrições para facilitar a organização da comunidade, Francisco, trêmulo, toma o cardeal pela mão, conduze-o perante a assembléia dos frades e defende a liberdade com estas palavras memoráveis: "Irmãos meus, irmãos meus, o Senhor convidou-me a seguiar a via da humildade e mostrou-me o caminho da simplicidade. Não quero que me faleis noutra Regra, nem de S. Agostinho, nem de S. Bento, nem de S. Bernardo. O Senhor me disse que queria fazer de mim um novo louco no mundo e não quer conduzir-nos por outro caminho senão por esta sabedoria"(59). O caminho da simplicidade e a via da humildade constituem os sendeiros da liberdade, pois implicam um processo de simplificação, vale dizer, uma libertação dos elementos supérfluos e acessórios e uma centração no essencial(60). Para Francisco o essencial é Cristo e Cristo se encontra no evangelho que ele quer seguir à maneira dos pequenos, que imitam os grandes, com simplicidade, conforme é dado a cada um. Esta vida evangélica é "andar pelo mundo", como peregrino e hóspede das pessoas sem qualquer estabilidade. Quando a Dona Pobreza perguntou aos frades onde moravam, estes a conduziram a uma alta montanha. Com um gesto largo lhe mostram o mundo e disseram: Senhora, este é o nosso convento" (61)!

Como o mundo é vasto, há lugar para todos e para o caminho de cada um na observância do evangelho. Em Francisco se percebe um respeito profundo de cada individualidade, pois cada um é conduzido pelo Espírito do Senhor. As regras (bulada e não bulada) estão cheias de expressões que incitam à liberdade, à criatividade e ao respeito às próprias decisões: "como te parecer **melhor** a ti e a Deus"(62), "o que o Senhor te inspirar", "faça-o com a bênção de Deus" ou "conforme o Evangelho", "consoante o teu agrado". Por exemplo, quando se trata da entrada da Ordem, os candidatos "vendam tudo o que possuem e tratem de distribuir entre os pobres, mas se o não puderem, **basta-lhe a boa vontade.** E abstenham-se os irmãos e seus ministros de se incomodar com as suas coisas temporais, para que eles, **como o Senhor lhes inspirar,** disponham delas **com liberdade**"(63). Assim se deixa à liberdade de cada um, remendar ou não os hábitos, ter ou não os livros necessários para a oração litúrgica, ter ou não os instrumentos de trabalho, liberdade de comer de todas as comidas que forem apresentadas, liberdade de escolher um trabalho que não vá contra a simplicidade da vida franciscana, liberdade de associar ou dissociar o trabalho com o sustento da vida, liberdade de ficar no meio cristão ou de ir entre os infiéis, liberdade de escolher a forma de estar presente entre os infiéis, seja pelo serviço seja pela pregação e assim por diante(64).

Não é sem razão que à luz desta liberdade vivida, Francisco quisesse que o Espírito Santo fosse o verdadeiro ministro geral da Ordem(65), porquanto "acima de tudo está o Espírito do Senhor e sua santa operação"(66) e importa sempre obedecer ao Espírito.

Se por um lado Francisco é radical em sua opção de pobreza e simplicidade, por outro é profundamente livre face a si mesmo e aos outros. Veste-se miseravelmente e come as sobras das refeições dos outros, mas se mantém livre de qualquer inveja ou farisaísmo interior. Por isso exorta aos irmãos a que "não desprezem nem julguem os homens que virem usar vestes delicadas e coloridas, tomar alimentos e bebidos finas, mas, julge e despreze cada qual a si mesmo"(67). Da mesma forma, admoesta a não pensar mal dos ricos, apesar da profunda ambigüidade de toda a riqueza. De tal maneira é livre que freqüenta a casa e a mesa dos poderosos deste mundo, que "lhe oferecem e impõem mesmo a hospitalidade" como ele mesmo diz(68), mas nem por isso, para escândalo do cardeal Hugolino(69), não deixa de antes de comer com eles, sair e pedir esmolas e assim deixar claro qual é a sua opção básica, a pobreza, e a partir dos pobres está presente entre os ricos.

Francisco dá as razões desta liberdade face a todos e também face aos ricos, aos quais os considera senhores e irmãos, "porque eles são irmãos enquanto criados pelo mesmo Criador e são senhores, enquanto ajudam os bons a fazer penitência, ministrando tudo o que é necessário ao corpo"(70). Como se denota, Francisco se situa numa dimensão de profundidade, a partir da qual as diferenças entre os homens são segundas ou terceiras, apesar

de sua verdade e de seu peso. Há um laço umbilical de fraternidade que não pode ser rompido entre os homens, o fato de estarmos permanentemente ligados a Deus e nas mãos do Pai de bondade. Compreender isto é viver livre de todas as rupturas que a história e a vontade de poder introduziram, gozar de uma unidade com todos para além das divisões sempre dolorosas. Mais ainda, Francisco se mostra de tal maneira livre que postula conviver alegremente com todas as contradições. Ao ministro dos frades menores que se queixa dos aborrecimentos e até das violências de que é vítima, responde: ama aos que assim procedem contra ti, nem mesmo desejes que se tornem cristãos melhores; se pedir misericórdia, por pior que tenham sido os pecados, faça misericórdia e se não a pediu, pergunte-lhe se não a quer receber. E se for reicindente sem conta, ame-o mais do que a mim. E tenha sempre piedade de tais irmãos(71).

Novamente é a bondade e não o espírito de vingança que comanda a relação. Não se honra ao Criador maldizendo as criaturas. Francisco não quer que se fale demasiadamente das misérias humanas, para que, com nossas razões, não cheguemos a ser injustos para com Deus(72).

A expressão suprema da liberdade de Francisco está contida na legenda da verdadeira e perfeita alegria. Se tiver acolhido as coisas mais sublimes (converter todos os infiéis, curar enfermos, expandir a Ordem) e muito mais ainda os desprezos e a rejeição de sua própria casa, "se tiver tido paciência e permanecer imperturbável, aí está a verdadeira alegria, a verdadeira virtude e a salvação da alma"(73). A verdadeira liberdade se realiza lá onde a pessoa se autodetermina a conviver com todas as criaturas, indistintamente, de sua situação, a servi-las com cortesia, até mesmo os animais, como o queria Francisco(74).

Por causa da liberdade que conquistou para si, S. Francisco anima a todos os verdadeiros processos de libertação que buscam pela ação solidária criar e alargar o espaço da liberdade.

NOTAS

(1) Para toda esta questão veja a obra clássica de G. Gutierrez, **Teologia da libertação**, Petrópolis 1975; veja também os escritos de L. Boff, **Teologia da libertação e do cativeiro**, Petrópolis 1979; **O caminhar da Igreja com os oprimidos**, Rio de Janeiro 1980. (2) Mais detalhadamente em E. Dussel, **Filosofia de la liberación**, B. Aires 1977. (3) Cf. G. Gutierrez, Teologia a partir do reverso da história, em **A força histórica dos pobres**, Petrópolis 1981, 245-313. (4) A melhor obra sobre esta questão é de C. Boff, **Teologia e prática.** A teologia do político e suas mediações, Petrópolis 1981. (5) P. Neruda, **Confesso que vivi**, S. Paulo 1979, 171-172. (6) Veja o estudo minucioso de R. Muñoz, Evangelización y liberación en Puebla, Bogotá 1980. (7) H. Roggen, Hizo Francisco una opción de clase? en **Selecciones de Teología** 8(1974) 287-285 aqui 288. (8) Veja F. Ferrarotti, **La società come problema e como progetto**, Milão 1979 esp. 323-330. (9) Por falta de consciência epistemológica, muitas análises, embora minuciosas do ponto de vista histórico, são insuficientes porque não dizem tudo o que poderiam dizer; assim é com H. Roggen, Die Lebensform des hl. Franziskus von Assisi in ihrem Verhältnis zur feudalen und bürgerlichen Gesellschaft

Italiens, em **Franziskanische Studien** 46 (1964)1-57; 287-321; S. Clasen, Franziskus von Assisi und die soziale Frage, em **Wissenchaft und Weisheit** 15(1952) 109-121; bons são os trabalhos de I. Silveira, S. Francisco e a burguesia, em **Nosso Irmão Francisco de Assis**, Petrópolis 1975, 11-63, e de H.-J., Stiker, Un créateur en son temps: François d'Assise, em **Christus** 80(1973):416-430 entre outros. (10) Para todo este complexo de questões veja o estudo, bibliograficamente muito rico, de M. Vovk, Die franziskanische "Fraternitas" als Erfüllung eines Anliegens des hochmitelaterlichen Zeit, em **Wissenschaft und Weisheit** 39(1976)2-25 esp. 3-7. (11) Cf. H. Pirenne, **Storia economica e sociale del medioevo,** Milão 1967, cap. II, 53-74; G. A. J. Hodgett, **História social e econômica da Idade Média,** Rio de Janeiro 1975, 106-126; 192-213. (12) A importância da categoria "novo" foi posta à luz pela obra de D.-M. Chenu, **La théologie au douzième siècle**, Paris 1957, 323-365. (13) H. Grundmann, **Religiöse Bewegungen im Mittelalter,** Hildesheim 1961, 14. (14) J. Lortz, **Geschichte der Kirche in ideegeschichtlicher Betrachtung,** Bd. I, Münster 1965, 328-336. (15) Cf. K. L. Little, Evangelical Poverty, the new Money Economy and Violence, em D. Flood, **Poverty in the Middle Age,** Werl 1975, 11-26. (16) H. Grundmann, **Religiöse Bewegungen,** op. cit. 508ss. (17 Legenda Perusina, 114; Espelho da Perfeição, 119; "Et dixit mihi Dominus, quod volebat quod ego essem novellus **pazzus** in mundo". (18) Legenda dos Três Companheiros, 19; 1Celano, 43: fica indiferente quando junto à sua choça no Rivotorto passa o Imperador Otão, "apesar do ruído e da pompa"; apenas lhe envia um irmão para lhe recordar a fugacidade do poder temporal. (19) A. Fortini, **Nova vita di San Francesco,** I, Assis 1959, 357-360. (20) Espelho da Perfeição, 12. (21) Trata-se das determinações 16 e 18 do **Propositum.** (22) Veja o minucioso estudo de A. Rotzetter, Kreuzzugskritik und Ablehnung der Feudalordnung in der Gefolgschaft des Franziskus von Assisi, em **Wissenschaft und Weisheit** 35(1972)121-137, aqui 136. (23) A. Rotzetter, Der utopische Entwurf der franziskanische Gemeinsachaft, em **Wissenschaft und Weisheit** 37(1974)159-169; D. Cervera, Ensayo sobre la actualidad de Francisco de Asis, em **Verdad y Vida** 34(1976)386-410. (24) Regra não bulada, 5;22. (25) Admoestação; Carta aos fiéis. (26 Espelho da Perfeição, 72. (27) Regra não bulada, 5. Há três níveis de obediência na compreensão de S. Francisco. O primeiro atende às relações interpessoais em termos de desejo, vontade, necessidade do outro que cada um deve, com sensibilidade e atenção secundar, sendo um disponível e serviçal ao outro (Regra não bulada 5 e 16). Num segundo nível obediência atende às relações de superior e de súdito mas com uma versão tipicamente franciscana: obediente deve ser o superior para com os seus súditos; ele é servo e os outros senhores (cap. 10). Por fim, o sentido convencional: a obediência do súdito ao seu superior que para Francisco é apenas ministro ou guardião. (28) Regra não bulada, 5. (29) Id., 14. (30) Id., 16. (31) Célebre livro do grande pedagogo brasileiro Paulo Freire, com o mesmo título **Pedagogia do oprimido,** Rio de Janeiro 1975. (32) Fioretti, 37; 2Boaventura, V, 7. (33) L. Iriarte, **Vocação Franciscana,** Petrópolis 1977, 124. (34) Legenda dos Três Companheiros, 35. Para esta questão o estudo aprofundado de L. Thier, Der Friede erwächst aus der Armut, em **Wissenschaft und Weisheit** 39(1976)108-122; L. Robinot, Saint François chante le pardon des offenses, em **Evangile Aujourd'hui** n. 77 (1973)47-55. 35) 1Celano, 23 (36) Legenda dos Três Companheiros, 39. (37) Regra não bulada, 7. (38) Legenda dos Três Companheiros, 58. (39) 2Celano, 37. (40) Tomás de Spalato, em **São Francisco de Assis,** Petrópolis 1981, 1022. (41) 2Celano, 108. (42) Fioretti, 11. (43) Todo o relato com os detalhes se encontra no Espelho da Perfeição, 101. (44) Id. ibd. (45) 1Celano 57; 1Boaventura, IX, 7-9; Legenda Perusina, 37; Fioretti, 24. O melhor estudo sobre o tema é ainda de I. Lemmens, De sancto Francisco Christum praedicante coram Sultano Egypti em **Archivum Franciscanum Historicum** 19(1926)559-578. (46) 2Celano 30. (47) Cf. K. Esser, Franziskus von Assisi und die Katharer seiner Zeit, em **Archivum Franciscanum Historicum** 51(1953)225-264. (48) Legenda Perusina, 90; Espelho da Perfeição, 66. (49) Fioretti, 21. (50) Esta perspectiva foi agu-

damente percebida por A. Bergamaschi, Saint-François, Gubbio, le loup et la lutte des classes, em **Études Franciscaines** 15(1965)84-92 em quem nos inspiramos nesta exegese. (51) E. Leclerc, **Desterro e Ternura,** Braga 1974, 23-24. (52) 1Boaventura, prólogo, 1. (53) Id. ibd. (54) 1Boaventura, III, 2. (55) Id. III, 7. (56) 1Celano, 23. (57) 1Celano, 120. (58) A. Rotzetter, Die weltzugewandte Spiritualität des Franz von Assisi — eine Provokation für heute, em **Diakonia** 7(1976)30-37. (59) Legenda Perusina, 114. (60) Cf. L. Izzo, **La semplicità evangelica nella spiritualità di S. Francesco d'Assisi**, Roma 1971, 185-207. (61) Sacrum commercium, 63. (62) Regra não bulada, 22; Carta a Frei Leão. (63) Regra, 2. (64) As passagens todas foram recolhidas e analisadas por A. Rotzetter, Der franziskanische Mensche zwischen Autorität und Freiheit, em **Franziskanische Studien** 59(1977)97-124, esp. 120-121. (65) 2Celano, 193; cf. G. Pagliara, **Incontro a Dio Amore.** Itinerario di spiritualità francescana, Assis 1979, 301-325. (66) Regra não bulada, 10. (67) Regra, 2. (68) Legenda Perusina, 61. (69) Id., 61; cf. 60. (70) Legenda Perusina, 58. (71) Carta a um ministro dos frades menores, em **S. Francisco de Assis,** op. cit. 90-91. (72) Cf. L. Lavelle, **Spiritualità francescana,** Milão 1967, 30-35. (73) **São Francisco de Assis,** op. cit. 174. (74) Elogio às virtudes, em **São Francisco de Assis**, op. cit. 167.

Por quem dobram os sinos?

Para responder, transcrevo as palavras de John Donne, em **No man is an island:** "Ninguém é uma ilha, um todo em si mesmo. Cada qual é pedaço de um continente, uma parte da terra grande. Quando um torrão é levado pelo mar, a Europa torna-se menor, tanto quanto se fosse um promontório inteiro ou a tua casa, ou a casa de tua família. A morte de um homem qualquer também me mutila, pois faço parte da humanidade. Não perguntes, portanto, por quem dobram os sinos. Eles dobram por ti".

Primeiro de Janeiro: Dia da Paz. Lembre-se de João Paulo II

O cientificismo e o racionalismo dos dois últimos séculos eram pródigos em explicações. Talvez por isso a humanidade corra o risco de perder de vista, definitivamente, a dimensão ética das coisas. Depois de tantas explicações e racionalizações, o terrorismo deixou de repugnar; a moral foi reduzida ao aspecto patrimonial; o homem já não é um ser ético ou já não pretende sê-lo. O atentado mais ridículo ou o mais trágico e repulsivo tende a ser dissolvido em motivações sociológicas, científicas e psicanalíticas. Nesta postura dissolvente está, talvez, a raiz da permissividade que destrói os valores. Se tudo é posto em causa e se tudo é objeto de especulação, tudo termina por ser permitido ou se torna, pelo menos, possível. Diante desta época tragicamente fracionada, **João Paulo II** ergueu um novo ideal de integridade. Pediu, com a maior ênfase e com extraordinário testemunho pessoal, que os homens se vissem novamente, como êles são, seres concretos e não abstrações. Nesta hora certamente sombria, a Igreja tem de estar, ainda que um pouco, **au dessus de la melée,** para poder falar a todos; para poder lembrar ao homem que nem tudo é explicável pelo raciocínio discursivo. Há fatos que mergulham no mistério da iniquidade. E o homem foi feito para além da dimensão do tempo.

RELIGIOSOS E PROMOÇÃO HUMANA

Na promoção humana realizada pelos Religiosos quatro pontos a serem considerados:
1. Opção em favor dos pobres e da justiça hoje.
2. Atividades e obras sociais dos Religiosos.
3. Inserção no mundo do trabalho.
4. Fidelidade dinâmica à própria Congregação.

Comissão Teológica
CRB — Regional de Porto Alegre, RS

A Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares, atendendo a instantes pedidos de orientação sobre os problemas que surgem por toda a parte, à medida em que os Religiosos se empenham mais vivamente na Promoção Humana, publicou um documento de grande valor orientativo, com o título de "Religiosos e Promoção Humana" (cf. L'Observatore Romano, 18 de janeiro de 1980), logo seguido de outro sobre a "Dimensão Contemplativa da Vida Religiosa" (ib., 12 de abril de 1980).

Neste breve comentário, nos limitamos ao primeiro destes documentos. Dado o interesse que o problema encerra também para nós, a Comissão Teológica reuniu-se nos dias 26 e 27/5/81, dedicando-se ao estudo e análise do documento, em confronto com a realidade da VR de nossa Regional. E entendeu ser oportuno pôr em foco alguns aspectos particularmente pertinentes e adequados do "discernimento" em relação aos problemas mais comuns entre nós.

O empenho dos Religiosos pela Promoção Humana, em nossa Regional, caracteriza-se sobretudo por uma Consciência mais viva da problemática social e das exigências de sua missão para com os pobres e marginalizados, por uma intensa e, por vezes, angustiante reflexão sobre o desafio da injustiça estrutural e institucionalizada e pela busca de novas formas de presença, de testemunho e de ação. Por todos esses aspectos, as orientações da SCRIS são amplamente aplicáveis e sumamente válidas.

Primeiro ponto que o documento encarece é da **importância e urgên-**

cia de uma adequada participação dos Religiosos na promoção integral do homem.

A renovada consciência e o empenho mais vivo em favor da promoção da dignidade da pessoa humana e por uma sociedade mais justa, que, em nossos dias, se constata em toda parte, é um "sinal dos tempos" que interpela a missão da Igreja, desenha "lugares preferenciais" de evangelização e apela aos Religiosos a prestarem singular testemunho da missão profética.

Liminarmente, no entanto, importa ter presente que a missão da Igreja, para além dos dramas sociais e políticos, visa dar uma resposta decisiva às interrogações mais profundas do coração humano. A evangelização deve atingir o social e o político, mas ir além, atingir o coração do homem e transformá-lo "por dentro".

Evangelizar deste modo implica num "caminho de conversão", que exige uma "profunda revisão de mentalidade e de atitude", provoca "momentos de incerteza e de dificuldade", suscita "situações novas", "apreciações divergentes dentro das comunidades eclesiais e os próprios Institutos", "difíceis confrontos" para as "habituais expressões da vida religiosa". Tudo isto exige discernimento à luz da fé e das orientações do Magistério da Igreja e uma atenção especial ao "papel específico" da Vida Religiosa.

Quatro pontos a serem especialmente considerados

A) **A opção em favor dos pobres e da justiça, hoje.** Nela se trata de uma decorrência da missão profética de Cristo, de evangelizar, de proclamar a Boa-Nova aos pobres. Os temas da "libertação evangélica", fundada no Reino, devem portanto tornar-se particularmente familiares aos Religiosos. São formulados os seguintes "princípios-guias":

a) Que "se coloque no centro de todas as preocupações a comunhão".

b) O "diálogo tenha em conta as diversas condições de cultura e de sensibilidade", para favorecer "a superação de posições ambíguas".

c) Importa particularmente assumir a defesa e promover a participação dos marginalizados; ser a voz dos "sem voz" na sociedade.

d) Tudo isto exige dos Religiosos "uma constante verificação das opções de vida, no uso dos bens e no estilo de relações. É necessário ser justo, para falar com autenticidade da justiça".

e) A especial força de "sinal" e a fecundidade apostólica do "testemunho silencioso" dos Religiosos de vida contemplativa.

B) **As atividades e obras sociais dos Religiosos.** Elas constituem uma das (mais) proeminentes mediações para a missão de evangelização da Igreja. As escolas, hospitais e centros de assistência não só conservam a atualidade, mas "devidamente atualizados, revelam-se muitas vezes como lugares privilegiados de evangelização, de testemunho e de autêntica Promoção Humana". É necessário que elas encontrem nas moções do Espírito uma renovação da capacidade de inserção, encon-

trando novas formas de participação e envolvendo mais a comunidade nas suas iniciativas e obras. O "carisma", como fonte de promoção de "ministérios", correspondentes às finalidades apostólicas e sociais dos próprios Institutos. O testemunho e a experiência dos Religiosos, chamados a dar uma grande contribuição aos novos espaços que se abrem à participação dos leigos na Igreja e nas novas "estruturas e organismos de participação".

C) **A inserção no mundo do trabalho.** A opção pela pobreza leva a assumir os autênticos valores da comum lei do trabalho. No que diz respeito aos Religiosos Presbíteros, valem também para eles as normas do Magistério referentes aos Presbíteros em geral. Alguns critérios próprios, para todos os Religiosos que se inserem no mundo do trabalho: a) fidelidade dinâmica do carisma; b) testemunho evangélico da dignidade do trabalho; c) compromisso de consolidar as dimensões religiosas que lhes qualifica o trabalho profissional; d) a partilha fraterna.

As duas formas de inserção no mundo do trabalho; a do exercício de uma profissão civil (nos hospitais, escolas...); a da inserção "na condição operária".

Quanto à primeira forma, a mais freqüente entre nós, o documento lembra a exigência de "que estas novas situações sejam confrontadas com as exigências comunitárias e com o compromisso da obediência e da pobreza religiosa".

Quanto à segunda, consta que os "religiosos operários" entram num "mundo com suas leis", suas tensões e condicionamentos próprios, complexos e nada fáceis para neles se conservar a identidade e coerência da VR. Alerta para o risco de "instrumentalizações" e "envolvimentos" de difícil compatibilização com a VR. Também nessas circunstâncias deve prevalecer o testemunho religioso.

"Critério essencial": é aos leigos propriamente que compete promover os valores da solidariedade e da justiça no interior das estruturas temporais. A inserção dos Religiosos como operários é de complementariedade, de testemunho e como contribuição para uma preparação cada vez mais adequada ao laicato.

D) **Em fidelidade dinâmica à própria Congregação** segundo o Carisma do fundador. Um compromisso fundamental para os Religiosos em seu empenho pela promoção humana; sem essa fidelidade, sua ação não seria plenamente autêntica.

Trata-se no entanto de uma fidelidade "dinâmica", que toma em conta os verdadeiros sinais da presença do desígnio de Deus, discernidos nos acontecimentos e nas expectativas participadas pelo Povo de Deus. O lugar preferencial deste discernimento é o diálogo comunitário, à luz da fé. Fidelidade dinâmica que reconduza, ao hoje da vida e da missão de cada Instituto, a ousadia com que os Fundadores se tinham deixado conquistar pelas intenções originais do Espírito. Pois a VR é "vida" na sua acepção dinâmica, que traz do passado toda sua riqueza e se insere no conjunto da vida da Igreja do presente, com

"seu imenso capital de generosidade", sem o qual "a Igreja não seria ela mesma".

Exigências Formativas

A formação para o empenho da promoção humana requer uma revisão de programas e de métodos formativos. Só uma educação profunda de mentalidade e de estilo de vida torna as pessoas capazes de continuarem a ser elas mesmas, em novos modos de presença. E a presença dos Religiosos na promoção humana só pode ser a de "consagrados". Também a profissão dos conselhos evangélicos pode exigir novas atitudes que atendam ao valor de sinal profético para a conversão e transformação da sociedade.

A vida comum há de se realizar como escola de experiência e de testemunho de comunhão, de solidária partilha e de vínculos fraternos que desenvolve capacidades de adaptação necessárias e formas diversas de atividades. Impõem-se a necessidade de uma preparação espiritual e homens que ajudem a realizar uma presença adulta de consagrados. A inserção da missão da Igreja de Evangelização e promoção humana exige conhecimento atualizado ao pensamento da Igreja na matéria e da finalidade e iniciativas que ela se propõe alcançar.

Finalmente, há de tomar em conta as culturas, sensibilidades e problemas específicos do lugar. Aos Capítulos Gerais (e não aos "Cabidos" da tradução de L'Observatore) e aos governos centrais cabe:

— Discernir as opções mais convenientes, hoje, para as finalidades originais dos Institutos.

— Orientar pela informação e formação.

— Promover o diálogo em que repensem as obras e para animar e guiar a busca de novas expressões de sua missão apostólica.

— Favorecer uma redescoberta mais luminosa e atraente dos valores da consagração e da missão, como fundamento de uma alegre inserção no próprio Instituto.

E, finalmente, as Conferências dos Religiosos, mais em contato com os contextos eclesiais e sociais e tendo mais condições de identificar os problemas que se apresentam nos respectivos países, em colaboração com as Conferências Episcopais e tendo em conta os carismas dos Institutos, poderão encontrar os caminhos e as soluções mais adequadas a uma integral promoção do homem, inspirados no Evangelho e na constante orientação do Magistério da Igreja.

Dois pensamentos

1. **Unidade e diversidade.** Toda unidade construída na uniformidade é frágil, tanto quanto é robusta e profunda a unidade que consegue erguer-se e consolidar-se na diversidade. 2. **Análise marxista e ideologia.** Seria ilusório e perigoso aceitar os elementos da análise marxista sem reconhecer suas relações com a ideologia. Separar uma da outra é mais difícil do que se supõe.

NÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO, ALCANCES E FORMAS DE FUNCIONAMENTO DA PASTORAL SOCIAL

Texto da palestra de Dom Aloísio Lorscheider, Cardeal-Arcebispo de Fortaleza, Ceará, por ocasião do Encontro de Brasília, de 25 a 28 de agosto de 1981. Reunião das Organizações membros da Cáritas Internacional pertencentes às Corresponsalias Bolivarianas e do Cone Sul

Dom Aloísio Lorscheider
Fortaleza, CE

1. O enfoque

O enfoque seja dado a partir da Diocese, destacando o papel que pode ter a Cáritas Diocesana ou um organismo correspondente no desempenho dessa missão. Além disso, situar o problema analisando: formas e metodologias de animação da Pastoral Social; modelos operativos e organização da Pastoral Social; formas de coordenação da Pastoral Social.

2. Pastoral Social

Entendemos por Pastoral Social a aplicação do pensamento social à Evangelização da sociedade concreta em que vivemos (**Pastoral Social,** Estudos da CNBB, 10, Ed. Paulinas 1976,7).

Trata-se de evangelizar a sociedade concreta em que vivemos através da aplicação do pensamento social da Igreja. A missão própria da Igreja é evangelizar, libertar, salvar. Para tornar efetiva essa sua missão, a Igreja, entre outros meios, se serve da promoção social, que, de fato, é a concretização do pensamento social cristão. Para que esse pensamento seja crível e aceito por todos, deve responder **de maneira eficaz** aos desafios e problemas graves que surgem de nossa realidade. Deve ser uma **Boa Nova,** um **Evangelho,** dentro da realidade que se vive. Homens diminuídos por carências de toda espécie **reclamam ações promocionais urgentes** em nosso esforço evangelizador (cf Puebla, 476). Esse esforço implica atividades que ajudem a despertar a consciência do

homem em todas as suas dimensões e a lutar por si mesmo como protagonista de seu próprio desenvolvimento humano e cristão; implica atividades que eduquem para a convivência, ajudem eficazmente a comunhão e a participação, fomentem a comunicação cristã dos bens, dêem impulso à organização (cf Puebla, 477).

A Organização da Pastoral Social nas diferentes áreas com meios permanentes e adequados é para manter e estimular o **compromisso comunitário,** garantindo a necessária coordenação de iniciativas, no diálogo constante com todos os membros da comunidade (cf Puebla, 478).

3. O ponto de partida

Todo trabalho de pastoral social deve começar **por descobrir** o processo já existente na realidade, e não por impor processos artificialmente elaborados ou alheios a essa realidade. Bom ou ruim, consciente ou inconsciente, abrangente ou restrito, em cada comunidade existe um processo. Qual o papel do agente de pastoral social? Facilitar, pela reflexão, o "vir à tona", o emergir desse processo. A visão que se tem de Deus, do homem e do mundo determina bastante a evolução desse processo e o posicionamento nele de cada pessoa envolvida.

É também importante descobrir **a espinha dorsal** que sustenta o processo. É em cima dessa espinha dorsal que surgem **as ações comuns** capazes de movimentar os mais diferentes membros da comunidade.

4. A descoberta do processo e da espinha dorsal

Como o agente de pastoral social descobre esse processo e essa espinha dorsal?

Convivendo com a população.

Pela convivência, o agente torna conhecidas da população as suas próprias intenções e conhece as intenções da população. É preciso saber conviver com a população, acreditar nela, estar disposto a trocar experiências com a população, jamais assumindo a atitude de quem é detentor da verdade, saber mais ouvir e ver do que falar e mostrar, e sempre dialogar para testar se aquilo que ouviu ou viu é realmente objetivo, isto é, se ouviu e viu bem. O agente nunca deve querer ir à frente da população, assumindo o lugar dela ou impondo esquemas alheios à ação do povo e sua criatividade.

Além disso, no convívio com a população, saiba levantar com ela toda a experiência acumulada, inclusive em termos de trabalho comunitário, por mais insignificante que pareça ser o gesto fraternal ou por mais esquecido que pareça estar.

5. O início do trabalho

Para o início do trabalho ajuda muito a visita a cada família da comunidade e a cada ponto de encontro da população. O agente se torna conhecido, cria amizades, consegue a confiança. As pessoas começam a se abrir, a falar dos seus problemas reais.

Estas visitas serão mais freqüentes no início; mais espaçadas depois.

Nestas visitas o agente nunca recuse comer da mesma comida, beber da mesma água, dormir onde e como as pessoas do lugar dormem. Assim a população perde o medo e deixa que **os seus problemas mais profundos** sejam c o n h e c i d o s pelo agente.

O agente não deve prometer nada à população, mas colocar-se à disposição para colaborar, caso a população aceitar a colaboração.

Um bom auxílio pode ser um questionário para levantar, de forma sistematizada, os problemas vividos pela população. O q u e s t i o nário convém ser aplicado, após explicação dada à comunidade, de casa em casa, podendo girar ao redor das seguintes perguntas:

— Quais os problemas maiores?

— Quais os mais urgentes?

— Quais os que estão dentro das possibilidades locais de solução?

— Por qual deles se deve começar a agir?

— Quais os recursos e materiais existentes?

— Qual a experiência da comunidade na solução de problemas?

As respostas ao questionário dirão ao agente quais os problemas que a comunidade percebe como mais urgentes. Além disso, o agente poderá descobrir que a comunidade não acha importante começar pelo mais urgente e pelo problema maior. É até muito bom partir do problema que produz um efeito imediato na mentalidade e no comportamento da grande maioria. Pode, por exemplo, acontecer que o problema mais urgente seja o da falta de água potável. A comunidade, porém, está mais interessada na construção de um salão comunitário, onde funcionem as reuniões de sindicato, as novenas, festas...

Na ação comum da comunidade não pode faltar **a avaliação.** A avaliação é um momento de fixação de nova aprendizagem. Significa um treinamento de alto valor didático-pedagógico, que prepara a pessoa na ação e para a ação de forma integrada, solidária, oportunizando um crescimento de dentro para fora. Os participantes começam a descobrir que são **gente,** capazes de encontrar, juntos, soluções adequadas.

É, pois, importante descobrir a ação comum que **envolva a todos,** não importa a idade, a ideologia, a cultura ou religião. Da ação comum surge uma idéia comum, fruto da reflexão conjunta. Aos poucos as pessoas entram num estado de maior comunhão de espírito.

Nunca é fácil saber reconhecer a ação c o m u m. A convivência do agente ou agentes com a população facilita muito. Faltando uma ação comum, só parte da população se engaja no trabalho; o que certamente não é bom.

6. A organização?

Nunca é bom começar o trabalho pelo aspecto organizacional. Não se deve pensar logo em estruturar uma diretoria ou em exigir dos membros da comunidade as obrigações de quem é sócio.

A organização sempre apresenta certos riscos, para os quais é preciso estar atento:

— A comunidade se envolve apenas com os problemas da organização, esquecendo-se dos problemas básico-existenciais. A organização pode tornar-se um refúgio; o que pode acontecer quando a comunidade se sente desafiada a resolver problemas de difícil solução.

— Pode haver na comunidade lideranças não amadurecidas que endurecem as suas posições dentro da organização e passam a formar uma espécie de "casta controladora", sem querer dar oportunidade a ninguém de ser também do grupo dirigente. É até de se perguntar até que ponto se devem apoiar as lideranças ou se não é mais indicado fazer com que a comunidade toda seja uma só liderança.

— Os problemas que se passam a enfrentar serão apenas os problemas de interesse do pequeno grupo dirigente. Acontecendo isto, a grande maioria da população se afasta do trabalho.

— O pequeno grupo isolado da maioria começa a burocratizar-se, tornando as relações entre seus membros rígidas e formais.

— A comunidade preocupada com a organização quando ainda não é tempo, facilmente reproduz o momento político atual: cria para si um tipo de comando muito parecido com o modelo de comportamento das elites dirigentes da sociedade. O agente de pastoral social poderá reforçar esse modelo estabelecendo com a população um relacionamento vertical-paternalista.

A organização comunitária, quando não surge em decorrência de um processo de promoção humana bastante amplo e abrangente para atender a uma necessidade de maior coordenação entre as várias ações comuns de todos e específicas de cada camada, **torna-se instrumento de dominação.**

7. Ação e reflexão

Para uma comunidade crescer impõe-se o entrosamento entre reflexão e ação. Há comunidades que agem, mas não refletem, ou refletem mas não agem. Ação e reflexão devem caminhar juntas. Predominando um elemento em prejuízo do outro, a comunidade se afasta rapidamente dos seus objetivos. A falta de reflexão na ação ou a falta de ação na reflexão poderá levar a comunidade a uma espécie de "stress coletivo". Cansaço oriundo de tanto pensar ou de tanto trabalhar sem nunca atingir o alvo dos propósitos.

Dentro dessa linha há comunidades que só se interessam pelas discussões e ações econômicas, como se o econômico não estivesse ligado a outros setores da vida. Encontram dificuldade em ampliar suas reflexões e suas ações.

Outros ainda se preocupam só com o aspecto religioso ou o entendem como algo estanque, dissociado do resto. Não saem do "religioso". O religioso para eles não tem nada a ver com os problemas do dia a dia. A Bíblia é uma história que nada tem a ver com as pessoas vivas de hoje. É o religioso "alienante".

8. Conclusão

Depois do que foi dito até aqui, já se entende que o agente da Pastoral Social não pode chegar a uma comunidade como representante de uma instituição, que tem uma prática autoritária, vertical, monopolizadora do saber. Só ela sabe; só ela resolve. Não se pode ir a uma comunidade impondo metas a serem cumpridas, utilizando para isso campanhas de motivação. O agente não deve agir no interesse da sua organização, do seu organismo de Pastoral Social, mas no interesse da população, valendo-se do organismo de Pastoral Social como possível colaboração com a comunidade. **Ele não faz pelo povo, mas faz com o povo.**

Por conseguinte, é preciso que o agente não só se interrogue sobre o trabalho desenvolvido, mas procure captar até que ponto as comunidades sentem as mesmas questões.

— Torna-se indispensável observar se tais ações ou atitudes, mesmo vividas como processo inaugurado sobre a realidade, correspondem de alguma maneira a alguma necessidade **vital** da população.

— Caso correspondam a alguma necessidade vital, é oportuno investigar porque a necessidade tentou ser superada pela ajuda mútua ou com o auxílio da instituição de Igreja ao invés de ser através de um movimento de reivindicação aos poderes públicos.

— Não só em termos metodológicos, mas sobretudo em termos de conteúdo, é importante verificar as causas da aceitação por parte do povo daquilo que o agente valorizava em nome da instituição.

Em uma palavra, todas as estratégias da Pastoral Social devem ser montadas **a partir do que há de mais profundo na vida** das pessoas e das comunidades. Nunca tombar o secundário pelo fundamental nem o superficial pelo profúndo.

Quando a ação representa a parcela de cada um, o desejo de cada um, o sonho de cada um, pode-se caracterizá-la como **ação comum.** Muitas vezes as pessoas só partem para uma ação comum depois que deram evasão a ações específicas por categoria de pessoas. Pode acontecer de só descobrirem o valor da união mais ampla pela realização da união mais restrita. O que acima de tudo importa, é que todos **ajudem a decidir,** a fim de que **todos participem,** já que **não participa quem não decide.** Aprender a decidir e a participar, mesmo que seja apenas para construir uma cacimba, é um exercício de comunhão, é Evangelho em ação.

O agente de Pastoral Social deve **servir o povo** e **não** se servir do povo; deve **despertar e dinamizar o povo,** partindo da **solidariedade** que surge no próprio meio popular, **para depois apoiá-la** com o auxílio de outros meios. É preciso **incentivar as iniciativas próprias** da comunidade, suas próprias possibilidades de organizar-se e lutar. Não se deve esquecer que **os pobres além de necessidades têm igualmente direitos** (a um trabalho digno, à livre organização, ao acesso à informação, à educação em igualdade de oportunidades, à participação nas decisões econômicas e políticas). É obrigação

da sociedade facilitar a todos os seus membros a satisfação de tais direitos, obrigação que cabe especialmente às pessoas e aos setores sociais que dispõem do poder econômico e político (Cf. Muñoz, R., O serviço da Igreja ao Homem, in REB 35 (197) 824-827).

9. E a coordenação?

9.1. No nível interno do organismo de Pastoral Social.

Entre os que compõem a equipe de agentes de Pastoral Social em dado organismo não pode haver distância. Todos, até o motorista, o porteiro. o varredor, o servente, devem ter a mesma visão da realidade e o mesmo compromisso com o trabalho. As atividades não devem só ser planejadas pela equipe, mas em conjunto com as comunidades. Conviria realizar periodicamente uma reunião geral (assembléia) da equipe com todas as comunidades para encaminhar e problemas das bases e problemas da instituição.

Essa identificação maior da instituição, do organismo de Pastoral Social com a realidade das populações pode ter o seguinte resultado: pessoas das comunidades integrando a equipe de Pastoral Social, desaparecendo a imagem de uma Pastoral Social imposta e dando lugar a uma Pastoral Social elaborada e aplicada por todos numa linha de real comunhão e participação.

9.2. No nível de Igreja no âmbito da CNBB Nacional.

Não possuo dados para indicar como a coordenação funciona nas diversas Dioceses. Em âmbito de CNBB Nacional, por isso de Igreja no Brasil, tem produzido até o momento bons resultados a coordenação assumida por uma linha de pastoral dentro da pastoral orgânica da CNBB. Não existe a preocupação de mandar este ou aquele organismo. Em nível nacional temos organismos como a CÁRITAS BRASILEIRA para a ação caritativa, o MEB (MOVIMENTO EDUCAÇÃO DE BASE) e a AEC (ASSOCIAÇÃO EDUCAÇÃO CATÓLICA) para a ação no campo educativo, o IBRADES (INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO) para a reflexão no campo de toda a Pastoral, coordenados pelos Bispos e assessores da linha 6: inserção da Igreja no temporal.

Que têm a ver secularização e ideologia?

O mesmo que se passa entre causa e efeito. A secularização é o predomínio da imanência sobre a transcendência. Em outras palavras: para fenômenos naturais, explicações naturais. Pode-se afirmar que, com a secularização, a fé se purificou das mediações mágicas. O alcance do religioso, porém, diminuiu. A dimensão da racionalidade se enfatizou. Foi da secularização que se originou o **fenômeno das ideologias.** A ideologia é a organização racional dos processos e conteúdos mentais a serviço de certos interesses. São o substitutivo moderno, o sucedâneo, das doutrinas religiosas, com seus sistemas simbólicos. A secularização é marcante característica do mundo moderno.

LIVROS NOVOS

OS RELIGIOSOS, VOCAÇÃO E MISSÃO. UM ENFOQUE EXIGENTE E ATUAL, P. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ. Terceira edição. Publicações CRB. Ano 1982. Páginas 156.

Na apresentação desta nova edição, aumentada e melhorada, transcrevo apenas o "Prefácio do Autor à terceira edição". Por este simples Prefácio, Você pode avaliar a mainstream *da teologia da Vida Religiosa exposta pelo Autor. É importante descobrir esta direção determinante, pois "nunca se vai tão longe" — mesmo ficando parado — "como quando não se sabe aonde se vai" e o que se quer* (Pe. Marcos de Lima, SDB).

Em fins de 1978 esgotaram-se os cinco mil exemplares da primeira edição deste livro, lançada em julho de 77. Em fins de 79, saía a segunda edição, de igual tiragem e sem alterações. Em julho de 81, já não havia cópias à disposição. Crescendo o número de pedidos, a CRB me consultou sobre uma eventual **terceira edição.** Pedi tempo. Havia pelo menos **dois pontos** a considerar.

Primeiro: a aceleração do mundo e da Igreja e, portanto, da vida religiosa, em nossos dias, pode envelhecer um livro em poucos anos. O critério de seu relançamento não deve ser só a demanda dos leitores. Será também e talvez sobretudo a responsabilidade do autor quanto ao conteúdo, à oportunidade e à modalidade daquilo que comunica.

Segundo: o acontecimento Puebla, em 79, foi marco de tanto alcance em nossa vida eclesial que dificilmente se poderia reimprimir algo anterior, sem antes testá-lo a fundo à luz de seus critérios e significações.

Foi em função destes dois pontos maiores e de alguns outros de menor abrangência mas, nem por isso, menos relevantes, que reestudei e de novo analisei todo o texto deste livro. Sinto-me feliz ao constatar que posso atender ao interesse dos leitores, referendar o juizo da CRB e dar, portanto, sinal verde a uma terceira edição. Entendo serem válidos não só o conteúdo do livro mas os ângulos de sua abordagem e tratamento. Penso que, como as duas edições precedentes, também esta prestará serviços aos religiosos e religiosas, no seu esforço e solicitude de aprofundar e traduzir em vida sua vocação e missão, no contexto atual de Igreja e mundo, sobretudo no Brasil.

Retomei assim a matéria publicada em 77 e 79. Omiti nesta edição o tema sob o título "Incomunicação

na comunicação das religiões", já que o desenvolvi mais amplamente em outra sede (1). Acrescentei dois outros capítulos. Eles enriquecem o livro pela íntima vinculação ao seu tema central que é a vocação e missão dos religiosos e pelo interesse imediato em relação a situações concretas que experimentam hoje não poucos institutos de vida religiosa. O primeiro acréscimo considera algumas **"dimensões fundamentais de uma comunidade religiosa",** faceta não muito explicitada antes. O segundo leva o título: **"vocações, impasse ou desafio?".** Escrevi-o em outubro de 81 para a CONVERGÊNCIA de dezembro do mesmo ano. Trato aí um problema vivo e nada fácil, posto na ordem do dia de muita gente.

Ao dizer que julgo válido o conteúdo do livro, assim como apresentado agora nesta nova edição, nem por isso pretendo que ele seja completo. Poderia, aliás, um autor acalentar a veleidade de ser completo em alguma obra? Sou bem consciente dos limites deste trabalho e da clara demarcação de seus enfoques. Não saberia, pois, encarecer bastante aos meus leitores a urgência de buscar também em outras fontes novas luzes e perspectivas sobre os mesmos temas.

Penso particularmente na abundante bibliografia que se produziu no Brasil, artigos sobretudo, nos anos de 78 a 81, em preparação a Puebla ou em conseqüência dela. Em boa parte destas publicações, de autores vários, há muita afinidade e continuidade com o que aqui digo. Mas, eu ressaltaria nelas o traço peculiar de uma etapa precisa, presente, de resto, na temática das Assembléias Gerais da CRB, em 77 como em 80. Este vinco próprio é o questionamento da **práxis** e das **práticas da vida religiosa,** na Igreja e na sociedade. Foi também este o foco, nos últimos anos, dos trabalhos da Equipe de Reflexão Teológica da CRB que, em 81, celebrou o décimo aniversário de uma existência fecunda. Esse ângulo ajudará a concretizar temas e perspectivas que abordei no livro mais em plano de princípios.

No que toca a **pobreza,** por exemplo, amadureceu, por certo, na consciência da Igreja no Brasil a tomada de posição quanto à mudança de seu **lugar social,** concretizando por aí a opção preferencial pelos pobres, num leque criativo de muitos aspectos. Isto tem afetado, a um tempo, a configuração da missão apostólica dos religiosos e a formação inicial e permanente de seus quadros. É claro que seria incompleta a tematização da pobreza religiosa hoje, se não se lhe incorporasse toda a riqueza da reflexão e da vivência que neste ponto vem marcando entre nós a realidade eclesial destes últimos tempos.

1. Ver *Azevedo,* Marcello de Carvalho, *Modernidade e Cristianismo. O desafio à inculturação.* São Paulo, Edições Loyola, 1981. O texto completo de "Incomunicação na comunicação das religiões", omitido nesta terceira edição do presente livro, pode ser encontrado nas duas primeiras edições do mesmo. Ele saiu originalmente como capítulo do livro de colaboração "Comunicação e Incomunicação no Brasil", São Paulo, Edições Loyola, 1976. Foi retomado pela revista SINTESE, Nova Fase, III, nº 7 (Abril-Junho 1976) 27-41.

Quanto à **obediência** religiosa, parece-me que um ponto a ser aprofundado se situa na intersecção da central significação da obediência para a vocação e missão, como a sublinho aqui, e da consciência e experiência crescente do pluralismo difuso na Igreja e no mundo. Estas duas linhas, cuja interação é fundamental para uma lúcida compreensão e edificação da obediência hoje, apontam para uma terceira componente, não menos sensível e complexa: a participação mais ampla e responsável dos religiosos nos processos de elaboração das decisões em vários níveis. O problema se coloca, de resto, não só no âmbito interno dos institutos religiosos, mas também no espaço eclesial mais abrangente, tangenciando a questão bem atual da presença e participação dos leigos na vida e nas opções da Igreja como um todo (2). A consideração desta vertente da obediência não se poderia fazer aqui sem alongar por demais o texto e desequilibrar sua proporção no corpo do livro. Mas aí está precisamente um dos pontos em que a abordagem válida que apresento aqui postula ulterior complementação.

Quanto ao problema da **evangelização,** principalmente se considerada no quadro de um mundo marcado pela civilização ocidental, moderna e contemporânea, ampliei em muito a angulação proposta neste livro em uma nova obra à qual remeto os os leitores (3).

O tema da **comunidade religiosa** foi tratado aqui sob um aspecto bem específico que me parece central e decisivo. Mas certamente há muitos outros que não podemos perder de vista. Como ignorar, por exemplo, ou até mesmo minimizar o impacto que sobre a vida da Igreja e, portanto, dos institutos religiosos, vai tendo sempre mais a emergência e a consolidação das Comunidades Eclesiais de Base, no Brasil? Há sobre elas uma vasta bibliografia, de procedência e enfoques diversos e variada qualidade. Há sobretudo a experiência existencial de muitos religiosos e comunidades inteiras, através de sua presença e participação nas CEBs. Não me pareceu cabível introduzir aqui este tópico que nos levaria muito longe. Urge, porém, ter presente sua relevância para quem queira completar o estudo da comunidade religiosa, no quadro concreto de muitas igrejas locais em nosso país.

Repassando os diversos capítulos deste livro, que cobrem no tempo uma fase significativa e decisiva da vida religiosa na Igreja, pude constatar quanto caminho foi feito nes-

2. Ver a respeito meus dois artigos no JORNAL DO BRASIL, Caderno Especial: *"A Igreja mudou: em que e por quê"* (11.01.81, pág. 2) e *"Três grandes desafios para a Igreja que mudou"* (08.02.81, págs. 2 e 3). Ambos foram reunidos no livro *"Temas do Homem na agenda de Deus'*, São Paulo, Edições Loyola, 1981. Para uma visão complexiva do problema de participação nas decisões de Igreja, ver *Pereira,* Antonio da Silva, Participação dos fiéis nas decisões da Igreja (I), REB, 41/163 (Set. 1981) 443-473 e os artigos que se lhe vão seguir, do mesmo autor.
3. Ver *Azevedo,* Marcello de Carvalho, *Modernidade e Cristianismo. O desafio à inculturação,* São Paulo, Edições Loyola, 1981.

tes anos todos. Há certamente um extraordinário dinamismo na vida religiosa entre nós, assinalada por notável articulação com a vida eclesial. Por outro lado, salta aos olhos e é natural a disposição e flexibilidade maior da Igreja e dos Institutos Religiosos em relação ao ajustamento de fatores mais imediatos e acidentais. Nota-se, porém, e é bem compreensível, perplexidade e relutância, hesitação e rigidez, em relação a outros elementos mais complexos e cujo impacto sobre o todo é necessariamente maior e mais profundo. Isto é claro, por exemplo, no que toca o tema da formação, como o da evangelização e o da mulher religiosa. Apesar de toda a evolução nestes campos e de tudo o que sobre eles se viveu e escreveu, há ainda muita cousa obscura. Somos quase todos confrontados com discernimentos difíceis. São arvorados, por vezes, em elementos substanciais, que incidem tanto sobre a formação como sobre a missão dos religiosos e religiosas, aspectos e fatores que, na verdade, não o são e que se mostram inadequados às exigências de uma vida religiosa para a Igreja de nossos dias. Por outro lado, sacrificamos, não raro, sentidos e valores imprescindíveis à vida religiosa em qualquer tempo e latitude. Como dizia o P. Marcos de Lima, no prefácio à primeira edição deste livro, "nossa vida de religiosos complicou-se nos últimos anos porque não conseguimos perceber o que havia de fundamental no conjunto de nossos problemas".

O desejo de servir e de algum modo ajudar aos meus irmãos e irmãs a buscar, com maior lucidez e liberdade interior, marcadas pelo amor e fidelidade ao Senhor, o mais fundamental em nossa vocação religiosa é o que me leva a atender à demanda dos leitores e a aceder ao pedido da CRB, confiando-lhe, pela terceira vez, a publicação deste livro. Ele é resultado integrado de uma vida vivida. É muito mais expressão de vida do que elaboração ilustrada de pensamento.

Que, pela força do Espírito Santo, venha ele a contribuir para que possamos todos servir a Deus e aos nossos irmãos e irmãs, na alegria desta vocação à qual fomos chamados pelo dom do mesmo Espírito.

Rio de Janeiro, 01 de janeiro de 1982. Festa de Santa Maria, Mãe de Deus.

P. Marcello de Carvalho Azevedo S.J.

Pobreza: a verdade na Palavra de Deus

Difunde-se a impressão de que o dinheiro, a riqueza é tudo, chegando-se até a sua veneração como bem supremo. Nada melhor do que os textos bíblicos para corrigir padrões éticos desajeitados. É clara a recomendação: "a raiz de todos os males é o amor ao dinheiro, por cujo desenfreado desejo alguns se afastaram da fé e a si mesmos se afligem com múltiplos tormentos", 1 Tim 6, 10. São Paulo nos adverte ainda: "não vos torneis idólatras", 1 Cor 10, 7.

NOVA EDIÇÃO

OS RELIGIOSOS: VOCAÇÃO E MISSÃO. UM ENFOQUE EXIGENTE E ATUAL

PE. MARCELLO DE CARVALHO AZEVEDO, SJ
Ex-Presidente da CRB Nacional

Terceira edição ampliada e melhorada.

A partir de fevereiro de 1982, Você encontra na CRB Nacional ou na sede de sua CRB Regional. Adquira logo o seu exemplar. A **Conferência dos Religiosos do Brasil,** ao lançar esta terceira edição de OS RELIGIOSOS: VOCAÇÃO E MISSÃO. UM ENFOQUE EXIGENTE E ATUAL, do Pe. Marcello de Carvalho Azevedo, SJ, reafirma sua convicção de que só o essencial da Vida Religiosa — a prioridade absoluta de Deus e a conseqüente relativização de tudo o mais — é capaz de a todos congregar e de forma duradoura. Pisar, sem receio, neste terreno de saudável consistência, é um banho de imersão na esperança.